

**RELATÓRIO DE REVISÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

DO

MUNICÍPIO DE ÉVORA

2014

ABRIL DE 2015



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
2. ÂMBITO.....	3
3. RESPONSABILIDADES	3
4. TRABALHOS EFETUADOS.....	4
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
6. NOTAS E COMENTÁRIOS.....	8
6.1) Execução orçamental	8
6.1.1) Orçamento	8
a) Orçamento inicial.....	8
b) Modificações do Orçamento	9
c) Receitas	9
d) Despesas	10
e) Fundos disponíveis	11
f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros.....	12
g) Equilíbrio Orçamental.....	12
6.1.2) Execução do plano plurianual de investimentos.....	14
6.1.3) Execução do plano de atividade municipal.....	14
6.2) Análise Patrimonial	15
6.2.1) Balanço.....	15
a) Ativo.....	15
b) Fundos próprios	16
c) Passivo.....	16
d) Participadas	16
e) Endividamento	17
6.2.2) Demonstração dos resultados	20
6.3) Análise das Principais Contas	21
6.3.1) Imobilizado	21
a) Bens de domínio público	21
b) Imobilizado incorpóreo	21
c) Imobilizado corpóreo.....	22
d) Investimentos financeiros	22
e) Amortizações	23
6.3.2) Existências	24
6.3.3) Dívidas a receber	25



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.4) Disponibilidades	27
6.3.5) Acréscimos e diferimentos ativos	28
6.3.6) Fundo patrimonial	29
6.3.7) Passivos antes de acréscimos e diferimentos	30
6.3.8) Acréscimos e diferimentos passivos	34
6.3.9) Provisões e contingências	36
6.3.10) Custos e perdas	37
Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	38
Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES	39
Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL	39
Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	40
Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	40
Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	41
6.3.11) Proveitos e ganhos	42
Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	42
Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS	43
Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	43
Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	44
Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	44
7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	45
7.1) Indicadores de Gestão	45
7.2) Endividamento/Dívida Total	45
7.3) Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento	46
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS	47
9. OPINIÃO E PROPOSTAS	47
9.1. Relato sobre outros requisitos legais	47
9.2. Conclusão das verificações efetuadas e opinião	47
9.3. Propostas	48
10. OUTROS FACTOS	49
11. AGRADECIMENTOS	50



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

MUNICÍPIO DE ÉVORA

EXERCÍCIO DE 2014

REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras do Município de Évora, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de **210.996.594,46€** e um total de fundos próprios de **111.611.693,54€**, incluindo um resultado líquido negativo de **7.331.402,16€**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **52.513.858,90€** de despesa paga e um total de **53.582.008,38€** de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2. ÂMBITO

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários e opiniões que consideramos relevantes.

Face aos comentários e recomendações efetuadas, ao longo do exercício, assistimos a uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade e implementar para áreas materialmente relevantes (imobilizado, existências e dívidas a receber).

Nos termos da alínea i), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião Extraordinária de 22 de abril de 2015, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2014, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

3. RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Órgão Executivo do Município, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

4. TRABALHOS EFETUADOS

Exceto, quanto às limitações identificadas no decurso do nosso trabalho, o exame a que procedemos foi efetuado, de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Assim foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria, com a extensão considerada necessária.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria que incluem:
 - Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;
 - Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
 - Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
 - Apreciação do saldo registado em tesouraria, com referência a 30 de dezembro de 2014, e acompanhamento da contagem física de caixa, no final do exercício;
 - Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;
 - Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos, e sua conciliação por confirmação direta a extratos das Instituições Financeiras e mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2014;
- Solicitação direta a Advogados, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
- Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;
- Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de Abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
- Verificação numa base de amostragem dos principais movimentos do exercício na rubrica de imobilizações em curso;
- Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da adequacidade das provisões ou ajustamentos para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas, com referência a 31 de dezembro de 2014;
- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitantes a 2014, que a Autarquia tem a arrecadar e cuja liquidação apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2015;
- Verificação do método adotado para a contabilização das comparticipações recebidas para aquisição e/ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações ocorridas nas diversas rubricas que compõe os Fundos próprios;
- Apreciação do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do equilíbrio orçamental e endividamento;
- Apreciação do prazo médio de pagamento, no final do exercício de 2014;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- Apreciação do apuramento dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação de trabalhos efetuados ao nível da contabilidade de custos;
- Apreciação do relatório de execução do plano de prevenção de riscos de gestão de 2014, que se encontra em fase de aprovação;
- Apreciação do Balanço Social de 2014;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.

Procedeu-se à avaliação da situação financeira do Município considerando o disposto na Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, bem como de outras disposições legais aplicáveis à Entidade.

Do trabalho efetuado e das conclusões que foram possíveis obter, relatamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos materiais e relevantes.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No cumprimento do disposto no D.L. nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Município prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POCAL, devendo elaborar, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras; e
- Relatório de gestão.

Princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental

Na sequência de trabalho efetuado, importa destacar que este tema é o mais relevante para efeitos da tradução da posição financeira e do resultado das operações do Município. Sobre estes aspetos, podemos afirmar que temos continuado a assistir a uma melhoria na forma de revelar os factos contabilísticos, que merecem continuidade.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

O Município encontra-se sujeito a princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental, conforme previsto nos pontos 3.1, 3.2, 4 e 2.3.4. do POCAL. Apresenta ainda o ponto 2.6 as especificidades do tratamento contabilístico das operações orçamentais.

Nestes termos nenhuma despesa pode ser autorizada ou paga sem que:

- a) o facto gerador da obrigação da despesa respeite as normas legais aplicáveis;
- b) a despesa a realizar disponha de inscrição orçamental, tenha cabimento na respetiva dotação e esteja adequadamente classificada;
- c) a despesa a realizar só possa ser comprometida depois de verificada a existência de fundos disponíveis para o seu pagamento atempado, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto – Lei nº 127/2012, de 21 de junho); e
- d) a despesa em causa satisfaça o princípio da economia, eficiência e eficácia.

Do ponto de vista da contabilidade patrimonial a aplicação do princípio da especialização dos exercícios (ou do acréscimo), conduz a que não possam ser reconhecidos custos ou proveitos de um exercício noutro exercício, pelo que a contabilização de faturas de terceiros correspondentes a despesas de anos anteriores, não podem afetar os custos do exercício em causa.

Isto significa dizer-se que no âmbito orçamental todas as despesas devem ser “comunicadas ao orçamento”, devendo o mesmo comportar tais valores e no tocante à contabilidade patrimonial, não se podem contabilizar em custos, faturas com datas anteriores ao exercício em curso.

Assim, todas as faturas com data de 2014, apesar de terem dado entrada nos serviços do Município, no início do exercício de 2015, devem ser consideradas para efeitos do encerramento de contas do exercício de 2014.

Cabe destacar a legislação, decorrente da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, que *“Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas”*

Nos pontos seguintes iremos abordar as contas que foram objeto de apreciação e que maior expressão traduzem nas demonstrações financeiras, apresentando-se o trabalho efetuado e os comentários que cada uma nos merece.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6. NOTAS E COMENTÁRIOS

6.1) Execução orçamental

6.1.1) Orçamento

A contabilidade orçamental visa fundamentalmente o registo e o controlo da execução do orçamento, quer no que se refere às operações relativas à execução orçamental, quer à execução de direitos e obrigações de exercícios anteriores, quer quanto a compromissos assumidos cuja despesa e pagamento devam ocorrer em exercícios futuros.

Nas contas de controlo orçamental, são registadas as operações contabilísticas correspondentes à execução do orçamento até ao momento em que são criados os débitos ou créditos relativamente a terceiros, articulando-se com a contabilidade patrimonial através da conta #25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, da classe 2 – Terceiros, do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL).

Relativamente ao ano de 2014, solicitaram-se os mapas relativos ao orçamento inicial e suas modificações, bem como os mapas de execução das Grandes opções do plano, do Plano plurianual de investimento e das Ações mais relevantes, dos quais foi possível retirar as conclusões abaixo apresentadas.

Todos os mapas de execução acima referidos deverão permitir o controlo da execução orçamental, sendo que os mesmos são produzidos informaticamente pelo sistema através do apuramento de lançamentos contabilísticos efetuados no decorrer do exercício e para o período em análise.

a) Orçamento inicial

O orçamento inicial apresenta uma variação negativa em cerca de 9,8 milhões de euros, essencialmente motivada pelo recurso ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), a que o Município aderiu, e que possibilitou o pagamento de dívida com a consequente redução de despesa a transitar.

RECEITAS	PREVISIONAL INICIAL				VARIAÇÃO 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
Correntes	42.269.364	72.161.520	74.500.000	73.791.222	
Capital	24.682.136	30.145.841	28.350.000	19.362.836	
Outras	148.500	150.000	150.000	65.942	
TOTAL	67.100.000	102.457.361	103.000.000	93.220.000	-9.780.000

DESPESAS	PREVISIONAL INICIAL				
	2011	2012	2013	2014	
Correntes	42.269.364	72.161.520	74.500.000	73.791.222	
Capital	24.830.636	30.295.841	28.500.000	19.428.778	
TOTAL	67.100.000	102.457.361	103.000.000	93.220.000	



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Modificações do Orçamento

As alterações orçamentais revelam uma variação positiva de cerca de 4,1 milhões de euros, passando as previsões corrigidas para o valor de 97.345.569 €.

PREVISIONAL		VARIAÇÃO
INICIAL	CORRIGIDO	
93.220.000	97.345.569	4.125.569

Em termos comparativos, podemos verificar o desempenho da execução orçamental nos mapas abaixo apresentados.

c) Receitas

Nas receitas o grau de execução é de 55,04%, representando a receita corrente 50,76 % e a receita de capital 61,89%.

RECEITAS	2011	2012	PREVISIONAL		2013	PREVISIONAL		2014
			INICIAL	CORRIGIDO		INICIAL	CORRIGIDO	
Correntes	31.707.319	31.797.497	74.500.000	74.500.000	32.907.224	73.791.222	73.791.222	37.457.015
Capital	9.875.531	9.080.236	28.350.000	28.350.000	31.741.188	19.362.836	19.362.836	11.983.327
Outras	213.978	95.467	150.000	177.965	31.008	65.942	4.191.511	4.141.666
TOTAL	41.796.828	40.973.200	103.000.000	103.027.965	64.679.420	93.220.000	97.345.569	53.582.008
GRAU DE EXECUÇÃO			58,33%	39,99%		62,78%		55,04%
Corrente			75,01%	44,06%		44,17%		50,76%
Capital			33,78%	30,12%		111,96%		61,89%
Outras			144,09%	63,64%		17,42%		98,81%

Alerta-se para o facto da execução da receita ter ficado abaixo do limite de 85%, atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, nos termos do disposto no art.º 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que enquadra a Lei das Finanças Locais e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2014.

Tal facto merece ajustamento em alta do valor da receita corrente, para que a regra de equilíbrio se verifique, para além de redução da despesa corrente. Para o efeito é necessário melhorar a eficiência e eficácia na arrecadação da receita corrente.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2014	
			VALOR	%
RECEITA CORRENTE	73.791.222	73.791.222	37.457.015	50,76%
Impostos directos				
- IMI	6.510.000	6.510.000	6.700.771	102,9
- IUC	1.500.000	1.500.000	1.224.267	81,6
- IMT	2.300.000	2.300.000	1.473.696	64,1
- Derrama	1.500.000	1.500.000	905.341	60,4
- Impostos abolidos	4.000	4.000	10.848	271,2
- Impostos directos diversos	1.000	1.000		
Impostos indirectos	4.063.000	4.063.000	83.420	2,1
Taxas, multas e outras penalidades	13.875.000	13.875.000	4.486.347	32,3
Rendimentos de propriedades	101.000	101.000	42.133	41,7
Transferências correntes	15.247.887	15.247.887	15.160.007	99,4
Venda de bens e prestação de serviços	14.398.500	14.398.500	7.032.966	48,8
Outras receitas correntes	14.290.835	14.290.835	337.219	2,4
RECEITA DE CAPITAL	19.362.836	19.362.836	11.983.327	61,89%
Venda de bens de investimento	750.000	750.000	934.407	124,6
Transferências de capital	3.036.894	3.036.894	2.360.891	77,7
Ativos financeiros	10.000	10.000	4.755	47,5
Passivos financeiros	15.500.000	15.500.000	8.683.275	56,0
Outras receitas de capital	65.942	65.942		0,0
OUTRAS RECEITAS	65.942	4.191.511	4.141.666	98,81%
Reposições não abatidas aos pagamentos	65.942	65.942	16.097	24,4
Saldo da gerência anterior		4.125.569	4.125.569	100,0
TOTAL GERAL	93.220.000	97.345.569	53.582.008	55,04%

d) Despesas

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 53,95%, tendo a despesa corrente atingido um grau de execução de 52,51% e a despesa de capital com 59,70%.

DESPESAS	2011	2012	PREVISONAL		2013	PREVISONAL		2014
			INICIAL	CORRIDO		INICIAL	CORRIDO	
			2013				2014	
Correntes	31.683.909	29.772.296	74.500.000	74.527.965	43.845.107	73.791.222	77.915.891	40.914.909
Capital	9.882.333	11.405.288	28.500.000	28.500.000	16.708.745	19.428.778	19.429.678	11.598.950
TOTAL	41.566.242	41.177.584	103.000.000	103.027.965	60.553.852	93.220.000	97.345.569	52.513.859
GRAU DE EXECUÇÃO	58,01%	40,19%			58,77%			53,95%
Corrente	74,96%	41,26%			58,83%			52,51%
Capital	33,63%	37,65%			58,63%			59,70%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

De seguida apresenta-se a desagregação da despesa pelas classificações mais relevantes:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2014 VALOR	%
DESPESA CORRENTE	73.791.222	77.915.891	40.914.909	52,51%
Despesas com pessoal	18.510.503	19.520.100	18.166.398	93,1
Aquisição de bens e serviços	45.770.007	46.020.631	18.597.762	40,4
Juros e outros encargos	5.267.581	7.588.301	2.545.263	33,5
Transferências correntes	3.073.920	3.524.323	1.041.777	29,6
Subsídios	15.500	15.500		
Outras despesas correntes	1.153.711	1.247.036	563.709	45,2
DESPESA DE CAPITAL	19.428.778	19.429.678	11.598.950	59,70%
Aquisição de bens de capital	8.514.337	8.412.037	4.120.828	48,99
Transferências de capital	1.440.403	1.604.403	576.583	35,94
Passivos financeiros	9.472.582	9.411.782	6.900.084	73,31
Outras despesas de capital	1.456	1.456	1.456	99,97
TOTAL GERAL	93.220.000	97.345.569	52.513.859	53,95%

Ao nível da execução destaca-se nas despesas correntes as rubricas de despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços, com um total de despesa paga no montante de cerca de 18 milhões de euros em cada rubrica. Quanto às despesas de capital destacam-se os passivos financeiros com um total pago de 6,9 milhões de euros.

No seguimento dos anos anteriores, durante o exercício de 2014, continuou a constatar-se sérias dificuldades de pagamento dos compromissos assumidos, onde a falta constante de receita não tem vindo a permitir dar cumprimento aos mesmos. A pressão sobre a tesouraria continua a ser grande, com interpelações contenciosas, cuja resolução tem vindo a ser contratada e assegurada.

e) Fundos disponíveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte:

	FUNDOS DISPONÍVEIS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANEIRO	12.652.400		12.652.400		
FEVEREIRO	18.978.547	39.506.239	-20.527.692	8.051.792	31.454.447
MARÇO	24.420.654	44.226.120	-19.805.467	11.637.625	32.588.495
ABRIL	27.578.000	45.886.597	-18.308.597	14.144.221	31.742.376
MAIO	29.673.172	51.353.723	-21.680.551	22.410.526	28.943.197
JUNHO	37.006.434	55.254.808	-18.248.374	26.856.653	28.398.155
JULHO	40.843.377	58.316.171	-17.472.794	30.311.902	28.004.270
AGOSTO	44.081.881	62.791.091	-18.709.210	33.069.846	29.721.245
SETEMBRO	48.415.135	65.603.980	-17.188.845	36.986.326	28.617.654
OUTUBRO	50.799.268	68.686.709	-17.887.442	40.596.119	28.090.590
NOVEMBRO	52.244.310	72.748.903	-20.504.593	43.183.451	29.565.452
DEZEMBRO	52.680.303	74.762.969	-22.082.666	47.327.452	27.435.518



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros

Quanto aos compromissos assumidos e não pagos no exercício, somam o montante de 92.694.942,25€, sendo que 64.466.181,69€ são relativos a compromissos de exercícios futuros, conforme quadro abaixo:

	COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO			P/PAGAR DO ANO	EXERCÍCIOS FUTUROS
	ASSUMIDOS	PAGOS	POR PAGAR		
CORRENTES	84.026.115,33	40.914.908,63	43.111.206,70	24.969.660,60	18.141.546,10
CAPITAL	61.374.545,52	11.598.950,27	49.775.595,25	3.450.959,66	46.324.635,59
TOTAL	145.400.660,85	52.513.858,90	92.886.801,95	28.420.620,26	64.466.181,69

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL, encontram-se registados cerca de 64,5 milhões de euros, merecendo este processo acompanhamento e registo a todo o momento. Recomenda-se por isso, a continuidade de trabalhos desenvolvidos ao nível do controlo interno, quanto ao registo dos compromissos futuros.

	2015	2016	2017	EXERCÍCIOS FUTURIOS
Aquisição de bens e serviços	2.584.256,28	1.627.023,00	340.570,00	528.033,13
Juros e outros encargos	2.092.044,77	1.385.163,90	1.266.103,62	8.059.551,25
Outras despesas correntes	130.610,30	102.551,88	25.637,97	3.606.965,00
Aquisição de bens de capital	2.827.779,99	600.000,00	600.000,00	
Passivos financeiros	4.270.741,24	2.841.285,60	2.841.285,60	28.736.578,16
TOTAL	11.905.432,58	6.556.024,38	5.073.597,19	40.931.127,54
				64.466.181,69

g) Equilíbrio Orçamental

Apesar da regra do equilíbrio orçamental se ter alterado, face ao disposto na nova Lei das Finanças Locais, considerámos importante manter a análise anteriormente em vigor, pelo que podemos dizer que em termos globais a receita corrente é inferior à despesa corrente ($RC < DC$).

	2011	2012	2013	2014
RECEITA CORRENTE	1,00	1,07	0,75	0,92
DESPESA CORRENTE				

Todavia a partir de 1 de janeiro de 2014, face ao exposto no art.º 40º, da nova lei das finanças locais, o apuramento do equilíbrio orçamental, assenta nas seguintes premissas:

Receita corrente bruta cobrada
=>
Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Apesar da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, só se aplicar ao exercício de 2014, procedeu-se ao apuramento do equilíbrio orçamental, para os exercícios de 2012 a 2014, para efeitos comparativos, apresentando-se o mesmo conforme segue.

		31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
1.	Receita corrente bruta cobrada	31.797.496,66 €	32.907.223,70 €	37.457.014,88 €
2.	Despesa corrente	29.772.295,92 €	43.845.107,00 €	40.914.908,63 €
3.	Amortização média de emp.M/L.Prazo	7.671.018,37 €	7.356.322,80 €	6.090.799,56 €
4. = 2. + 3.	TOTAL	37.443.314,29 €	51.201.429,80 €	47.005.708,19 €
5. = 1. - 4.	EQUILÍBIO ORÇAMENTAL	-5.645.817,63 €	-18.294.206,10 €	-9.548.693,31 €
6.	Receita corrente líquida (1)	31.797.496,66	32.907.223,70 €	37.457.014,88 €
7. = 6. x 5%	5% do valor da receita corrente totais	1.589.874,83 €	1.645.361,19 €	1.872.850,74 €
8. = 5. + 7.	Incumprimento no equilíbrio orçamental	-4.055.942,80 €	-16.648.844,91 €	-7.875.842,57 €

(1) Considerada como as receitas correntes totais

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei, tendo-se apurado os seguintes valores:

BASE	PARA	AMORT. MÉDIAS
2011	2012	7.671.018,37
2012	2013	7.356.322,80
2013	2014	6.090.799,56

Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental para os períodos identificados, concluímos verificar-se desequilíbrio orçamental, o qual excede 5% do valor da receita corrente líquida. Ainda assim, em 2014, face ao exercício de 2013, assistiu-se a uma melhoria significativa ao nível do cumprimento deste princípio orçamental. É necessário melhorar a eficiência e eficácia na arrecadação da receita corrente, contribuindo para o efeito e em especial a recuperação das dívidas em atraso, sempre que possível.

Propõe-se um acompanhamento sistemático desta variável, de forma a minimizar este impacto no exercício de 2015.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.1.2) Execução do plano plurianual de investimentos

Da análise ao mapa de execução do PPI, constata-se que a execução atingiu um grau, em termos anuais de 59,70%, e em termos globais de 41,17%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	748.522	4.938.821	5.687.343	613.708	243.475	857.182	32,53%	13,60%
- Serv. Gerais Adm. Pública	691.510	4.938.821	5.630.331	548.708	243.475	792.182	35,21%	12,82%
- Segurança e Ordem Pública	57.012		57.012	65.000		65.000		53,27%
FUNÇÕES SOCIAIS	4.973.747	4.812.502	9.786.249	1.356.042	2.054.196	3.410.238	41,30%	30,61%
- Educação	2.768.069	2.092.397	4.860.466	268.221	1.675.337	1.943.559	60,52%	37,90%
- Segurança e Ações Sociais	41.109		41.109	11.110	983	12.093	2,39%	23,16%
- Habitação e Serviços Coletivos	1.883.753	1.266.003	3.149.756	823.242	262.484	1.085.726	13,93%	27,33%
- Serv.Culturais Rec.Religiosos	280.816	1.454.102	1.734.918	253.469	115.393	368.862	41,09%	18,55%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.918.454	6.300.134	9.218.588	1.118.682	1.850.418	2.969.101	63,40%	28,72%
- Indústria e Energia	1.520.731	435.134	1.955.865	757.433	927.014	1.684.448	60,96%	62,08%
- Transportes e Comunicações	754.453	340.000	1.094.453	254.775	497.474	752.249	65,94%	55,75%
- Comércio e Turismo	38.000		38.000		20.498	20.498	53,94%	53,94%
- Outras Funções Económicas	605.270	5.525.000	6.130.270	106.474	405.432	511.906	66,98%	8,21%
OUTRAS FUNÇÕES	10.788.955	12.350.000	23.138.955	10.671.161	7.450.861	18.122.023	69,06%	53,60%
- Operações da dívida autárquica	9.411.782	12.350.000	21.761.782	9.929.612	6.900.084	16.829.696	73,31%	53,10%
- Transferências entre administrações	1.377.173		1.377.173	741.549	550.777	1.292.326	39,99%	61,00%
TOTAL GERAL	19.429.678	28.401.457	47.831.135	13.759.593	11.598.950	25.358.544	59,70%	41,17%

6.1.3) Execução do plano de atividade municipal

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 35,25% e global de 31,79%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	2.434.126	5.550.000	7.984.126	267.671	1.972.320	2.239.991	81,03%	27,15%
- Serv. Gerais Adm. Pública	2.434.126	5.550.000	7.984.126	267.671	1.972.320	2.239.991	81,03%	27,15%
FUNÇÕES SOCIAIS	35.823.177	27.900.000	63.723.177	13.032.625	11.517.365	24.549.990	32,15%	31,98%
- Educação	2.923.138	3.000.000	5.923.138	825.747	857.805	1.683.552	29,35%	24,95%
- Segurança e Ações Sociais	216.160		216.160	289.481	52.708	342.190	24,38%	67,67%
- Habitação e Serviços Coletivos	32.277.986	24.900.000	57.177.986	11.512.618	10.419.372	21.931.991	32,28%	31,93%
- Serv.Culturais Rec.Religiosos	405.893		405.893	404.778	187.480	592.258	46,19%	73,06%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.100.623	4.346.400	7.447.023	1.962.430	1.139.052	3.101.483	36,74%	32,96%
- Indústria e Energia	22.180	21.400	43.580	1.393	1.089	2.483	4,91%	5,52%
- Transportes e Comunicações	2.939.037	4.325.000	7.264.037	1.107.772	1.040.719	2.148.491	35,41%	25,66%
- Comércio e Turismo	127.958		127.958	853.137	95.599	948.736	74,71%	96,70%
- Outras Funções Económicas	11.448		11.448	128	1.645	1.773	14,37%	15,32%
OUTRAS FUNÇÕES	419.933	0	419.933	234.297	99.592	333.889	23,72%	51,04%
- Transferências entre administrações	363.000		363.000	218.673	55.730	274.402	15,35%	47,17%
- Diversas não especificadas	56.933		56.933	15.625	43.862	59.487	77,04%	81,99%
TOTAL GERAL	41.777.859	37.796.400	79.574.259	15.497.024	14.728.329	30.225.353	35,25%	31,79%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 111.611.693,54€, apurando um resultado líquido negativo de 7.331.402,16€.

Código contas POCAL	Fundos próprios e Passivo	2011		2012		2013		2014		Variação 2014/2013 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
51	Fundos próprios: Património	163.058.805,34	41,72	171.954.254,44	76,30	172.722.873,20	77,81	172.793.433,20	81,89	0,04
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	2.720.483,73	0,70	3.141.870,92	1,39	4.639.805,52	2,09	4.742.566,02	2,25	2,21
571	Reservas legais	625.000,00	0,16	625.000,00	0,28	625.000,00	0,28	625.000,00	0,30	
575	Subsídios	239.917,57	0,06	239.917,57	0,11	239.917,57	0,11	239.917,57	0,11	
576	Doações	186.329.192,69	47,68	24.305.176,40	10,79	24.305.176,40	10,95	24.306.296,40	11,52	
577	Reservas decorrentes de transf. de ativos	5.331,62	0,00	5.331,62	0,00	5.331,62	0,00	5.331,62	0,00	
59	Resultados transitados	-47.972.171,99	-12,28	-60.216.417,47	-26,72	-70.969.312,65	-31,97	-83.769.449,11	-39,70	
88	Resultado líquido do exercício	-14.013.178,49	-3,59	-10.703.160,14	-4,75	-12.706.874,27	-5,72	-7.331.402,16	-3,47	
Total dos fundos próprios		290.993.380,47	74,46	129.351.973,34	57,40	118.861.917,39	53,55	111.611.693,54	52,90	-6,10

c) Passivo

O passivo total sofreu uma variação negativa 3,62%, face ao ano transato, ascendendo a 99.384.900,92€, em especial por via da oscilação negativa de fornecedores (#22 e #26.1) e provisões para riscos e encargos (#29.2).

Código contas POCAL	Fundos próprios e Passivo	2011		2012		2013		2014		Variação 2014/2013 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
292	Passivo: Provisões para riscos e encargos	677.542,86	0,17	946.831,22	0,42	2.648.729,56	1,19	1.606.607,17	0,76	-39,34
		677.542,86	0,17	946.881,22	0,42	2.648.729,56	1,19	1.606.607,17	0,76	-39,34
2312	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo: Dividas a instituições de crédito	21.786.788,16	5,57	17.118.802,36	7,60	38.125.487,77	17,18	39.906.583,52	18,91	4,67
		21.786.788,16	5,57	17.118.802,36	7,60	38.125.487,77	17,18	39.906.583,52	18,91	4,67
2311	Dividas a terceiros - Curto prazo: Empréstimos de curto prazo	2.210.000,00	0,57	2.205.000,00	0,98					
269	Adiantamentos por conta de vendas	1.028.614,66	0,26	238.801,11	0,11	319.471,36	0,14	212.462,32	0,10	-33,50
221	Fornecedores, c/c	25.786.697,29	6,60	32.371.906,58	14,36	24.591.248,16	11,08	20.236.830,52	9,59	-17,71
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	6.788.661,49	1,74	5.293.421,02	2,35	7.145.457,58	3,22	7.069.472,98	3,35	-1,06
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	16.599.510,89	4,25	13.800.875,55	6,12	8.980.084,67	4,05	6.682.130,28	3,17	-25,59
24	Estado e outros entes públicos	921.481,54	0,24	719.983,81	0,32	1.157.584,87	0,52	707.262,23	0,34	-38,90
262+263+267+268	Outros credores	3.533.001,87	0,90	2.606.183,02	1,16	1.571.614,62	0,71	2.444.176,57	1,16	55,52
217+265+2665	Credores de Oper.Não Orçamentais	1.552,19	0,00	1.552,19	0,00	524.844,76	0,24	573.635,41	0,27	9,30
		56.869.519,93	14,55	57.237.723,28	25,40	44.290.306,02	19,95	37.925.970,31	17,97	-14,37
273	Acréscimos e diferimentos	2.521.473,72	0,65	2.446.588,69	1,09	2.906.222,36	1,31	3.317.627,02	1,57	14,16
274	Acréscimos de custos	17.957.284,25	4,59	18.255.708,22	8,10	15.148.102,08	6,82	16.628.112,90	7,88	9,77
		20.478.757,97	5,24	20.702.296,91	9,19	18.054.324,44	8,13	19.945.739,92	9,45	10,48
	Total do passivo	99.812.608,92	25,54	96.005.703,77	42,60	103.118.847,79	46,45	99.384.900,92	47,10	-3,62
	Total dos fundos próprios e do passivo	390.805.989,39	100,00	225.357.677,11	100,00	221.980.765,18	100,00	210.996.594,46	100,00	-4,95

d) Participadas

É de referir que nas participações financeiras detidas, foi despreconhecido o valor das empresas: - MME – Mercado Municipal de Évora, S.A. – “Em Liquidação”; - NIA – Núcleo de Loteamento e Infraestrutura Industrial de Azaruja, Lda. - “Em Liquidação”; e – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., cujos processos administrativos se encontram em fase de conclusão.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

e) Endividamento

Apesar do passivo ascender ao montante acima indicado, tal não significa dizer que a dívida assume a expressão do valor indicado. Efetivamente a dívida do Município totaliza cerca de 75,3 milhões de euros (39,9 milhões euros a título de empréstimos e 35,4 milhões de euros de outros Terceiros), já que as provisões para riscos e encargos, os adiantamentos por conta de vendas, os acréscimos e diferimentos, as operações de tesouraria e o valor do fundo de apoio municipal, não representam dívida.

Comparativamente com o ano de 2013 verifica-se uma diminuição do valor da dívida, em cerca de 5,7 milhões de euros. Esta diminuição registou-se especialmente nas dívidas a fornecedores correntes e de investimento, conforme é possível verificar no balanço, associada aos pagamentos efetuados ao abrigo do programa PAEL.

	2013	2014
PASSIVO	103.118.848	99.384.901
(-) PROVISÕES	2.648.730	1.606.607
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	18.054.324	19.945.740
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1.078.089	803.444
(-) ADIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	319.471	212.462
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	1.507.423	
TOTAL DA DÍVIDA	81.018.234	75.309.224
VARIAÇÃO	-5.709.010	

NOTA: A dívida apresentada para 2013, difere da apresentada no relatório do ano de 2013, pela introdução da variável "Adiantamentos por conta de vendas", uma vez que a mesma não representa dívida efetiva.

Todavia o valor da redução apresentada deve ser analisada com alguma precaução uma vez que o recebimento da 2ª tranche do PAEL, ocorreu em dezembro de 2013, contribuindo para o aumento dos empréstimos contraídos, mas o pagamento das faturas dos fornecedores ocorreu apenas no exercício de 2014. Neste sentido através da conciliação destes efeitos, concluímos que a dívida entre 2013 e 2014 se manteve ao mesmo nível, conforme se seguida se apresenta.

	2013	2014	2013 PAEL (1) RECEBIMENTO	2014 PAEL (2) RECEBIMENTO	2014 PAEL (3) PAGAMENTOS	2013 AJUSTADO (4)	2014
	1.	2.					7. = 2.
PASSIVO	103.118.848	99.384.901	6.433.275	6.433.275	12.866.549	96.685.573	99.384.901
(-) PROVISÕES	2.648.730	1.606.607				2.648.730	1.606.607
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	18.054.324	19.945.740				18.054.324	19.945.740
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1.078.089	803.444				1.078.089	803.444
(-) ADIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	319.471	212.462				319.471	212.462
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	1.507.423					1.507.423	
TOTAL DA DÍVIDA	81.018.234	75.309.224	6.433.275	6.433.275	12.866.549	74.584.959	75.309.224
VARIAÇÃO	-5.709.010					724.265	

(1) Recebido em 2013 com justificação dos pagamentos em 2014

(2) Recebido em 2014 com justificação dos pagamentos em 2014

(3) Os pagamentos das duas tranches (2013 e 2014) foram efetuados em 2014

(4) Ajustado do recebimento do PAEL com pagamento só efetuado em 2014



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

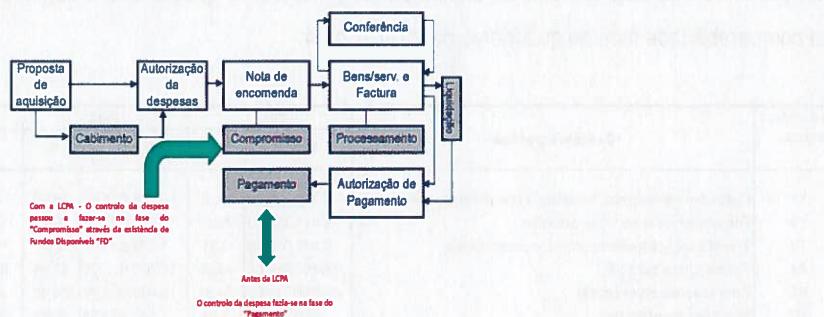
No seguimento do acima apresentado e dado que em 2014 se concluiu o pagamento aos fornecedores da dívida ao abrigo do programa PAEL, entendemos importante apresentar o resumo da aplicação do valor do empréstimo PAEL, o qual foi devidamente apreciado em relatórios independentes, apresentados para efeitos de controlo à DGAL. É de referir que a listagem de faturas para pagamento pelo PAEL, correspondiam a 5.292 documentos, com vencimento entre 26/3/2002 e 30/12/2011.

1	Total de faturas identificadas no pedido	36.508.314,80 €
2	Pagamentos efetuados até à candidatura	2.758.775,97 €
3	Valor de dívidas anuladas depois da candidatura	105.773,98 €
4 = 1 - 2 - 3	Valor das dívidas a pagar	33.643.764,85 €
5	Financiamento aprovado	32.166.373,20 €
	Pagamentos efetuados com utilização da 1ª tranche	19.299.823,92 €
	Pagamentos efetuados com utilização da 2ª tranche	6.432.963,40 €
	Pagamentos efetuados com utilização da 3ª tranche	6.433.614,05 €
6	Total dos pagamentos com utilização financiamento	32.166.401,37 € a)
	Pagamentos efetuados com fundos próprios	1.088.326,55 €
	Pagamentos efetuados com fundos próprios	296.498,04 €
	Pagamentos efetuados com fundos próprios	2.757,74 €
7	Total dos pagamentos efetuados com fundos próprios	1.387.582,33 €
8 = 6 + 7	Total dos pagamentos efetuados	33.553.983,70 €
9	Valor ainda por pagar ao abrigo do empréstimo	- €
10 = 4 - 8	Valor da dívida apresentada no pedido que ficou por pagar	89.781,15 €
a) Pago a mais com fundos próprios do Município, dadas as transferências efetuadas para a conta específica do empréstimo		
(32.166.373,20 - 19.299.823,92 - 6.432.963,40 - 6.433.614,05) = - 28,17		

Em termos de conclusão da dívida para com Terceiros é nossa opinião, que a mesma merece atento controlo e acompanhamento. Para o efeito contribuirá uma gestão adequada da dívida, enquadrada pelas restrições impostas pela lei, nomeadamente: - Lei das Finanças Locais; - Lei do Orçamento do Estado; - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; e – Outros normativos reguladores dos anteriores e da atividade autárquica.

Realçamos, ainda, que devem ser atendidos os requisitos necessários à aplicação das exigências quanto ao apuramento dos Fundos Disponíveis, e ao enquadramento dos Compromissos dentro dos limites apurados para o efeito. Efetivamente, hoje não basta que a despesa tenha cabimento orçamental, que se assuma o seu pagamento em data possível, sem que antes se verifique a existência de Fundos Disponíveis.

O ciclo da despesa mantém-se igual ao que se encontrava definido e em vigor antes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, com exceção do momento em que a garantia do seu pagamento se encontra assumido. O referido momento viu-se antecipado para o momento da assunção do compromisso, em detrimento do momento de pagamento, conforme esquema seguinte e que exige a disponibilidade de Fundos Disponíveis para a sua realização.



É imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo¹; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes e de essencial importância para o controlo.

A apreciação da dívida do Município será apresentada no ponto 7.2) Endividamento/Dívida Total deste relatório.

¹ Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3) Análise das Principais Contas

6.3.1) Imobilizado

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área das imobilizações.

Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico e dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2014.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

Foram analisadas as variações mais significativas, às quais tecemos as nossas apreciações nas alíneas seguintes.

a) Bens de domínio público

BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO 2014/2013
451	Terrenos e recursos naturais	133.929.277,03	69.975,90	69.975,90	69.975,90	
452	Edifícios	7.481,97	7.481,97	7.481,97		-7.481,97
453	Outras construções e infra-estruturas	152.713.993,68	153.398.868,76	153.628.297,88	153.794.540,40	166.242,52
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	1.222.182,94	1.222.182,94	1.222.182,94	1.235.682,94	13.500,00
		287.872.935,62	154.698.509,57	154.927.938,69	155.100.199,24	173.918,48

A variação da rubrica #45.3 – Outras Construções e infraestruturas é decorrente da contabilização de faturas relativas a trabalhos executados no ano.

b) Imobilizado incorpóreo

As imobilizações incorpóreas mantêm-se com igual montante, face ao ano transato:

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS		2011	2012	2013	2014
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	62.865,73	62.930,73	62.930,73	62.930,73



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

c) Imobilizado corpóreo

As imobilizações corpóreas discriminam-se da seguinte forma:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO 2014/2013
421	Terrenos e recursos naturais	80.128.481,48	57.977.716,42	58.644.105,35	57.182.089,62	-1.462.015,73
422	Edifícios e outras construções	67.287.186,88	67.694.707,87	70.658.519,08	73.902.588,42	3.244.069,34
423	Equipamento básico	6.147.458,26	6.281.135,43	6.399.166,63	6.505.270,57	106.103,94
424	Equipamento de transporte	5.229.832,23	5.302.209,25	5.371.019,38	5.429.856,91	58.837,53
425	Ferramentas e utensílios	2.043.618,42	2.054.428,90	2.064.845,03	1.303.146,54	-761.698,49
426	Equipamento administrativo	941.764,68	935.966,46	944.526,20	946.761,68	2.235,48
429	Outras imobilizações corpóreas	447.069,33	447.049,54	446.928,16	449.078,85	2.150,69
442	Imobilizações em curso	3.429.232,47	3.747.539,57	1.518.397,74	2.759.503,13	1.241.105,39
		165.654.643,75	144.440.753,44	146.047.507,57	148.478.295,72	2.430.788,15

Destaca-se a rubrica de edifícios e outras construções, com uma oscilação positiva de 3.244.069,34 €, essencialmente, por via da integração do imobilizado da participada MME.

d) Investimentos financeiros

INVESTIMENTOS FINANCEIROS		2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO 2014/2013
411	Partes de capital	17.248.430,38	16.923.888,39	18.150.871,40	16.422.837,68	-1.728.033,72
412	Obrigações e títulos de participação	9.961.368,82	9.961.368,82	9.551.799,86	9.489.020,00	1.507.423,18
413	Empréstimos de Financiamento	-46.638,00	-46.638,00	-46.638,00	-83.202,35	-62.779,86
491	Provisões para investimentos financeiros	27.163.161,20	26.838.619,21	27.656.033,26	27.336.078,51	-36.564,35
						-319.954,75

O total líquido dos investimentos financeiros ascende a 27.336.078,51€. Este valor para além das participadas que abaixo se apresentam, engloba o valor do Fundo de Apoio Municipal, cujo pagamento irá ocorrer nos anos de 2015 a 2021.

Pela aplicação do método da equivalência patrimonial, por reforço de provisões e outros movimentos, as entidades participadas apresentam os seguintes valores:

Denominação	Participação Líquida Inicial 01/01/2014	Provisão Final	Ajustamento MEP	Ajustamento MEP	Outros Ajustamentos	Participação Líquida Final 31/12/2014
ACA - Águas do Centro Alentejo	673.586,08			7.761,44		681.347,52
ÉVORA REGIS	24.500,00	-24.500,00 €				-
HABÉVORA (1)	24.122.868,61		-414.929,36			23.707.939,25
SITEE - Sistema Integrado de Transp. e Estacionamento de Évora	745.270,75		-10.095,92			735.174,83
SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana	38.527,22		-40.352,22 €		3.825,00	-
LAR TRANSR. - Linhas Aéreas Regionais	7.482,00	-7.482,00 €				-
MARE - Mercado Abast. Região Évora	662.816,90			41.376,83		704.193,73
NIA - Núcleo Inf. Azaruja	113.725,66	-50.970,35 €			-62.755,33	-
UNESUL - Assoc. Univ. - Emp. Sul	250,00	-250,00 €				-
MME - Mercado Municipal de Évora	1.315.644,02		-708.954,77		-606.689,25	-
Total	27.702.671,26	-83.202,35 €	-1.174.332,27 €	49.138,27 €	-865.619,58 €	25.828.655,33

(1) Inclui empréstimos



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

A participada MME – Mercado Municipal de Évora, foi internalizada no Município, tendo-se desreconhecido o valor da participação, com ajustamentos das participadas SRU e NIA, dado o processo também de liquidação em que se encontram. Na participada NIA, encontra-se um imóvel ainda para venda, o que neste momento de crise, não se tem mostrado atrativo.

A participada SITEE, também se encontra em liquidação, mas em fase que se perspetiva vir a ocorrer próximo do final de 2015, encontrando-se também a proceder à venda de ativos móveis de reduzida expressão.

Segundo o disposto no art.º75º, da Lei 73/2013 de 3 de setembro, os municípios são obrigados a consolidar as suas contas desde que participem na totalidade, ou maioritariamente, no capital de entidades do sector empresarial local e dos serviços municipalizados e intermunicipalizados. Desta forma o Município de Évora encontra-se obrigado a consolidar as suas contas, com as empresas HABEVORA, NIA e SITEE (as duas últimas em processo de liquidação).

e) Amortizações

As amortizações do exercício têm vindo a ser contabilizadas mensalmente, verificando-se as seguintes variações:

Código contas POCAL	Imobilizado	2013 Valor	VARIAÇÃO		2014 Valor
			66	AUMENTOS / DIMINUIÇÕES	
4852	Bens de domínio público: Edifícios	1.519,45	98,18	-1.617,63	
4853	Outras construções e infra-estruturas	79.693.460,05	7.034.430,31	-419,41	86.727.470,95
4855	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	240.000,46	79.826,70		319.827,16
		79.934.979,96	7.114.355,19		87.047.298,11
4832	Imobilizações incorpóreas: Despesas de invest.e de desenvolvimento	62.495,26	2.457,86	-2.028,18	62.924,94
		62.495,26	2.457,86	-2.028,18	62.924,94
4822	Imobilizações corpóreas: Edifícios e outras construções	25.021.000,59	1.819.992,99	1.984.630,60	28.825.624,18
4823	Equipamento básico	5.770.265,30	151.970,66	-261.092,09	5.681.143,87
4824	Equipamento de transporte	4.230.904,52	295.198,41	-460,46	4.525.642,47
4825	Ferramentas e utensílios	1.975.383,34	44.265,84	-811.300,03	1.208.349,15
4826	Equipamento administrativo	890.665,29	18.388,69	-3.946,50	905.107,48
4829	Outras imobilizações corpóreas	126.072,67	3.029,85	-66,30	129.036,22
		38.014.291,71	2.332.846,44	907.765,22	41.254.903,37
491	Investimentos financeiros: Partes de capital	46.638,00		36.564,35	83.202,35
		46.638,00		36.564,35	83.202,35
	TOTAL	118.058.404,93	9.449.659,49	942.301,39	128.448.328,77

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

Por fim, voltamos a referir que, entendemos relevante dever proceder-se a uma análise individualizada de todos os bens registados no património, já que muitos podem já não existir ou refletirem um estado de inoperacionalidade, não tendo sido comunicado o consequente abate, para efeitos de registo contabilístico.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

É um trabalho manifestamente extenso, que deve ser desenvolvido para todos os itens do património, com particular enfoque nos equipamentos informáticos, licenças de software, equipamentos de pequeno porte, ferramentas, equipamentos escolares e outros a avaliar no desenvolvimento do trabalho.

A extensão dos ficheiros do património, está sobrecarregada com informação desnecessária, a qual ao fim de 12 anos de funcionamento do normativo POCAL, merece apropriado tratamento e revisão de inventário.

6.3.2) Existências

Trabalho efetuado

- Acompanhamento dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área das existências.

Comentários

- a) O valor das existências ascende a 967.060,83 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA	SALDO FINAL				VARIAÇÃO 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
Existências: 36 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	925.554,82	918.189,28	856.470,38	967.060,83	110.590,45
TOTAL	925.554,82	918.189,28	856.470,38	967.060,83	110.590,45

- b) No final do exercício de 2014, foram realizadas contagens físicas aos armazéns do Município, tendo-se posteriormente registado e contabilizado o inventário final.
- c) Recomendando-se uma análise aos bens em stock de forma a avaliar a necessidade de constituir uma provisão, para cobrir uma eventual obsolescência ou deterioração física de bens.

Dada a importância do movimento global das compras e armazéns, esta área merece a introdução de procedimentos de maior consistência e fiabilidade, de forma a permitir o seu adequado controlo. Este assunto tem particular relevância para efeitos de cumprimento de regras de contratação pública, em especial quanto a contratos de natureza regular e de consumo anual.

- d) Os documentos de prestação de contas apresentam o apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- e) Deve ser dada continuidade aos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos, no âmbito da contabilidade de custos, a qual já se encontra implementada, desde 2009, mas que ainda com algumas dificuldades de funcionamento na articulação de procedimentos entre os diversos serviços.

6.3.3) Dívidas a receber

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área das dívidas a receber.

Comentários

- a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 4.986.017,38 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA	SALDO FINAL				VARIAÇÃO 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
21.1 - Clientes c/c	2.413.926,08	1.902.632,09	2.310.962,23	2.209.224,56	-101.737,67
21.2 - Contribuinte c/c	14.670,07	8.734,63	81.213,10	386.920,53	305.707,43
21.3 - Utentes	501.935,12	631.680,04	728.906,80	797.191,74	68.284,94
21.8 - Cobrança Duvidosa	4.224.617,12	5.578.348,39	6.267.649,16	6.180.699,75	-86.949,41
29 Provisões	-3.078.833,90	-5.578.348,39	-6.112.090,05	-5.697.337,04	414.753,01
24 Estado e outros entes Públicos	672.701,67	762.508,39	940.336,41	858.284,18	-82.052,23
26 Outros Devedores	3.137.867,76	2.336.534,46	800.844,19	994.993,52	
26.8.2 - Transf.p/Aut.Locais	1.666.050,66	1.666.050,66		129.604,03	129.604,03
26.8.8 - Outros Devedores					
26.8.8.1 - Alienação de Imobilizado	826.232,02	613.803,93	613.803,93	613.803,93	120.354,69
26.8.8.6 - Acordos de Regularização -Devedores			72.594,60	192.949,29	-57.148,03
26.8.8.7 - Reposições nos cofres municipais			57.148,03		934,94
26.8.8.8 - MME - Disponibilidades	645.585,08	56.679,87	57.297,63	57.701,33	403,70
26.8.8.9 - Outros					
29 Provisões	-2.348.568,11	-670.483,80	-680.373,81	-844.902,21	-164.528,40
28 Empréstimos Concedidos	117.176,48	106.018,32	105.696,91	100.942,35	-4.754,56
TOTAL	5.655.492,29	5.077.624,13	4.443.144,94	4.986.017,38	542.872,44

O Município tem vindo a dar cumprimento ao envio de ficheiros mensais SAFT – T, emitidos.

- b) A dívida de Clientes/Contribuintes/Utentes refere-se, essencialmente, à venda de bens e serviços, receita de água, diversos impostos e taxas, e a créditos sobre os utilizadores dos serviços autárquicos.

CONTA	SALDO FINAL				VARIAÇÃO 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
21.1 - Clientes c/c	2.413.926,08	1.902.632,09	2.310.962,23	2.209.224,56	-101.737,67
21.2 - Contribuinte c/c	14.670,07	8.734,63	81.213,10	386.920,53	305.707,43
21.3 - Utentes	501.935,12	631.680,04	728.906,80	797.191,74	68.284,94
21.8 - Cobrança Duvidosa	4.224.617,12	5.578.348,39	6.267.649,16	6.180.699,75	-86.949,41
29 Provisões	-3.078.833,90	-5.578.348,39	-6.112.090,05	-5.697.337,04	414.753,01
TOTAL	4.076.314,49	2.543.046,76	3.276.641,24	3.876.699,54	600.058,30



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- c) O valor de clientes cobrança duvidosa (#21.8) ascende ao montante de 6.180.699,75€, discriminando-se o mesmo da seguinte forma:

CONTA	SALDO FINAL				VARIAÇÃO 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
21.8 Água	3.321.366,11	3.723.939,17	4.441.298,83	4.268.068,64	-173.230,19
21.8 Utentes Outros		934.871,11	934.871,11	934.871,11	
21.8 Débitos ao Tesoureiro	828.651,01	844.938,11	815.641,69	835.762,21	20.120,52
21.8 Contribuintes	74.600,00	74.600,00	75.837,53	141.997,79	66.160,26
TOTAL	4.224.617,12	5.578.348,39	6.267.649,16	6.180.699,75	-86.949,41

- d) Quanto ao valor provisionado, registou-se um ajustamento ao ativo, através de uma variação de 414.753,01€, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.
- e) A conta de Estado e outros entes públicos decorre das rubricas abaixo apresentadas:

CONTA	SALDO FINAL			
	2011	2012	2013	2014
24 Estado e Outros Entes Públicos				
24.1 - Imposto sobre o rendimento				4.038,00
24.3 - IVA	672.701,67	762.508,39	940.336,41	843.093,14
24.3 - IVA MME				11.153,04
TOTAL	672.701,67	762.508,39	940.336,41	858.284,18

- f) Foram contabilizados 129.604,03€ a título de valores a receber dos projetos abaixo indicados:

# 26.8.2 Transf.p/Aut.Locais	2014
FUNDOS COMUNITÁRIOS	
Governança Corredor Azul	11.500,21
Tecnopolo Corredor Azul	98.474,45
EB1 André de Resende	19.629,37
TOTAL	129.604,03

- g) Os valores a receber de alienação do imobilizado (#26.8.8.1) apresentam o valor de 613.803,93 €. De acordo com o princípio da prudência, este montante encontra-se totalmente provisionado, face ao risco identificado.
- h) O valor dos Acordos de regularização – Devedores (#26.8.8.6), assume o valor abaixo identificado, encontrando-se provisionado o valor de 72.594,60 €.

# 26.8.8.6 Acordos de Regularização - Devedores	2014
Taxas aeroportuárias	9.272,99
Trabalhos por conta de particulares	479,86
Taxas de Urbanização	12.305,83
Rendas e alugueres	34.198,85
Ocupação Via pública	136.691,76
TOTAL	192.949,29



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- i) O montante de 934,94€ resulta da integração da rubrica de disponibilidades da participada MME, que aguarda transferência para a conta bancária do Município.
- j) Quanto à rubrica de Outros (#26.8.8.9), o montante a receber de 57.701,33 €, foi analisado, encontrando-se o mesmo ajustado (provisão), face à sua incobrabilidade.

		2014 PROVISÃO	
#26.8.8	Cred. Diversos - Outros	57.701,33	56.679,87
	- Outros	57.701,33	56.679,87

- k) Os valores dos empréstimos concedidos (#28), no montante de 100.942,35€, são referentes a empréstimos concedidos no âmbito dos programas FAME e FINICIA.

#28	Empréstimos Concedidos	2012	2013	2014	VARIAÇÃO
					2014/2013
	Cafetaria/Charcutaria Lusitana, Lda.	4.761,68	3.411,68	2.961,68	-450,00
	Ao Sul - Congressos e Eventos, Lda.	272,98	272,98	272,98	
	O Aqueduto Restaurante e Cervejaria, Lda.	6.975,00	6.975,00	6.975,00	
	Alencópia - Máquinas e Materiais, Lda.	17.118,60	17.118,60	17.118,60	
	Antonio Rosado e Paulo Almeida, Lda.	4.355,01	4.355,01	4.355,01	
	Roll's Rock - Produções de Eventos Artísticos, Lda	12.500,00	6.250,01	6.250,01	
	Restaurante - A Casa da Malta, Lda.	3.915,47	3.915,47	2.715,47	-1.200,00
	Arqueosopa - Ref. Ligeiras Soc. Unipessoal, Lda.	9.902,00	9.902,00	9.902,00	
	Evoraforge-Corn. Artes. Prod. Reg. Unipessoal, Lda	4.924,85	4.924,85	4.924,85	
	Braulio, Fonseca & Caeiro, Lda.	15.546,65	15.546,65	15.546,65	
	Panificadora Central Eborense	1.001,00	1.001,00	1.001,00	
	Anabela Figueiredo Atanásio	15.273,51	15.273,51	15.273,51	
	Irene Seita	95,38			
	Joaquim Miguel Loureiro Cadete	759,00	759,00	759,00	
	Usequal - Higiene e Segurança, Lda.	1.377,00	816,00	204,00	-612,00
	Francelina F. M. R. Santos/Ludovico A. F. Santos	4.845,00	5.025,00	4.925,00	-100,00
	Gocopy, Lda	2.395,19	1.150,15	407,59	-742,56
	J. Martins Consultores, Lda.		9.000,00	7.350,00	-1.650,00
	TOTAL	106.018,32	105.696,91	100.942,35	

Propõe-se a análise dos valores idênticos desde pelo menos 2012, de forma a confirmar a sua recuperabilidade. Associando-se estes valores a um contrato com o Banco BES (Novo Banco S.A.), propõe-se a constituição de provisões para cobrança duvidosa, dado que existe o risco destes valores poderem vir a não ser recuperados.

6.3.4) Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação do mapa de fluxos de caixa e do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2014;
- Acompanhamento e apreciação das contagens de final de exercício, quanto ao procedimento de Balanço à tesouraria;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área de disponibilidades.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Comentários

- a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:

CONTA	SALDO FINAL			
	2011	2012	2013	2014
11 Caixa				
11.1 Caixa - Tesouraria Municipal	71.522,35	74.882,33	68.162,49	91.486,17
TOTAL	71.522,35	74.882,33	68.162,49	91.486,17

CONTA	SALDO FINAL			
	2011	2012	2013	2014
12 Depósitos em Instituições Financeiras				
12.1.01 Banco Santander Totta	121.498,75	205.440,08	177.775,40	43.904,50
12.1.02 Caixa Geral de Depósitos	652.819,19	448.484,55	4.369.450,44	1.136.680,27
12.1.03 Millennium BCP	122.262,49	194.829,78	150.271,27	180.248,15
12.1.04 BES	43.913,65	65.842,45	65.281,06	66.398,83
12.1.05 Montepio Geral	7.304,61	7.171,36	6.453,69	44.103,74
12.1.07 Banco Português de Investimento	232.339,07	13.896,11	305.886,49	263.243,57
12.1.08 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Évora	6.390,74	14.533,99	60.377,16	45.528,66
TOTAL	1.186.528,50	950.198,32	5.135.495,51	1.780.107,72

- b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades, não existindo factos a registar.

	SALDO FINAL			
	2011	2012	2013	2014
- Execução orçamental	232.349,47	27.964,72	4.125.569,12	1.068.149,48
- Operações de tesouraria	1.025.701,38	997.115,93	1.078.088,88	803.444,41
Saldo da gerência	1.258.050,85	1.025.080,65	5.203.658,00	1.871.593,89

- c) Acompanharam-se as contagens de final de exercício, de forma a confirmar os montantes expressos no Balanço e Mapa de operações de tesouraria, não existindo factos a reportar.

- d) Foram analisadas as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade. As diferenças detetadas foram verificadas através das conciliações bancárias à mesma data.

6.3.5) Acréscimos e diferimentos ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Comentários

- a) O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 559.544,58€, tal como apresentado no quadro seguinte:

CONTA	SALDO FINAL			
	2011	2012	2013	2014
27 Acréscimos e diferimentos				
27.1 - Acréscimos de proveitos	911.724,61	334.453,11	781.300,83	544.867,45
27.2 - Custos diferidos	840,13	10.394,74	13.547,71	14.677,13
TOTAL	912.564,74	344.847,85	794.848,54	559.544,58

- b) A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam da seguinte forma:

- Acréscimos de proveitos (#27.1):
 - ✓ Juros a receber, relativos a documentos de receita não cobrados; e
 - ✓ Impostos diretos, recebidos em 2015 e que respeitam ao mês de dezembro de 2014;
- Custos diferidos (#27.2):
 - ✓ Rendas, pagas em 2014, e que respeitam a 2015; e
 - ✓ Outros custos em idêntica situação, pagamento em 2014 e custo a reconhecer em 2015.

6.3.6) Fundo patrimonial

- a) As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	2013	Aumentos de património	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Outros movimentos	2014
51 - Património	172.722.873,20					172.793.433,20
55 - Ajust.de partes de capital em emp.	4.639.805,52					4.742.566,02
57 - Reservas :	25.175.425,58					25.176.545,59
571 - Reservas legais	625.000,00					625.000,00
575 - Subsídios	239.917,57					239.917,57
576 - Doações	24.305.176,40					24.306.296,40
577 - Res.decor.da transf. de Ativos	5.331,62					5.331,62
59 - Resultados transitados	-70.969.312,65		-12.706.874,27		-93.262,19	-83.769.449,11
88 - Resultados líquido do exercício	-12.706.874,27		12.706.874,27	-7.331.402,16		-7.331.402,16
TOTAL	118.861.917,39	70.560,00		-7.331.402,16	9.498,31	111.611.693,54

- b) No ponto 2.28 do anexo às demonstrações financeira e no relatório de gestão, encontram-se descritos de forma sucinta a origem dos movimentos ocorridos no Fundo Patrimonial.
- c) As variações ocorridas na conta #55 – Ajustamento de partes de capital em empresas, resultam dos efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial aplicado às participadas.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.7) Passivos antes de acréscimos e diferimentos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área das dívidas a pagar.

Comentários

- a) O valor das dívidas a pagar (com inclusão de operações de tesouraria e sem provisões) ascende a 77.832.553,83€, apresentando uma oscilação para menos de 4.583.239,96€, face ao ano de 2013. Tal oscilação é justificada, essencialmente, por via dos pagamentos efetuados ao abrigo do programa PAEL.

CONTA	SALDO FINAL				VARIAÇÃO 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
21.7 Cauções	1.552,19	1.552,19	5.617,19	6.400,09	782,90
22 Fornecedores	32.575.358,78	37.665.327,60	31.736.705,74	27.306.303,50	-4.091.411,26
- Fornecedores c/c	16.420.484,98	24.019.852,71	24.328.241,78	20.236.830,52	-263.006,38
- Fornecedores Factoring	9.366.212,31	8.352.053,87	263.006,38		-75.984,60
- Fornecedores em recepção e conferência	6.788.661,49	5.293.421,02	7.145.457,58	7.069.472,98	
23 Empréstimos Obtidos	23.996.788,16	19.323.802,36	38.125.487,77	39.906.583,52	1.781.095,75
- Curto Prazo	2.210.000,00	2.205.000,00			
- Médio Longo Prazo	21.786.788,16	17.118.802,36	38.125.487,77	39.906.583,52	1.781.095,75
24 Estado e Outros Entes Públicos	921.481,54	719.983,81	1.157.584,87	707.262,23	-450.322,64
26 Outros Credores	21.161.127,42	16.645.859,68	11.390.398,22	9.906.004,49	
- Fornecedores de Imobilizado	16.599.510,89	13.800.875,55	8.980.084,67	6.947.102,98	-2.032.981,69
- Sindicatos	4.635,58	4.340,72	4.316,13	37,71	-4.278,42
26.8.1 - Devedores e credores das Admin. Públicas				1.507.423,18	1.507.423,18
26.8.2 - Devedores de transf p/as autarquias locais					
26.8.4 - Cred. De Transf.Aut.Locais			490.412,00	513.849,90	23.437,90
26.8.5 - Cred.p/Oper.Tesouraria	135.629,66	305.613,72	253.692,88	302.224,91	48.532,03
26.8.9 - Cred. Diversos - Outros	3.392.736,63	2.296.228,58	1.342.421,18	422.903,49	-919.517,69
26.9 - Adiantamentos por conta de vendas	1.028.614,66	238.801,11	319.471,36	212.462,32	-107.009,04
TOTAL	78.656.308,09	74.356.525,64	82.415.793,79	77.832.553,83	-4.583.239,96
29 Provisões	677.542,86	946.881,22	2.648.729,56	1.606.607,17	-1.042.122,39
TOTAL	79.333.850,95	75.303.406,86	85.064.523,35	79.439.161,00	-5.625.362,35

- b) O total das dívidas de fornecedores correntes (#22) e de imobilizado (#26.1) ascende a 27.306.303,50€ e 6.947.102,98€, respetivamente.

CONTA	SALDO FINAL				VARIAÇÃO 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
22 Fornecedores					
- Fornecedores c/c	16.420.484,98	24.019.852,71	24.328.241,78	20.236.830,52	-4.091.411,26
- Fornecedores Factoring	9.366.212,31	8.352.053,87	263.006,38		-263.006,38
- Fornecedores em recepção e conferência	6.788.661,49	5.293.421,02	7.145.457,58	7.069.472,98	-75.984,60
TOTAL	32.575.358,78	37.665.327,60	31.736.705,74	27.306.303,50	-4.430.402,24



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

CONTA	SALDO FINAL				VARIAÇÃO 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
26.1 - Fornecedores de Imobilizado					
- Fornecedores C/C	4.201.012,28	4.367.887,80	2.598.971,64	945.611,14	-1.653.360,50
- Fornecedores Locação Financeira	112.308,52	3.485,62			
- Fornecedores com caução	444.812,29	402.354,13	246.320,10	264.972,70	18.652,60
- Fornecedores em recepção e conferência	1.426.441,94	187.859,58	129.274,03	29.554,14	-99.719,89
- Fornecedores com caução adjudicação	15.597,81	14.898,46	14.898,46		-14.898,46
- Fornecedores Factoring	10.399.338,05	8.824.389,96	5.990.620,44	5.706.965,00	-283.655,44
TOTAL	16.599.510,89	13.800.875,55	8.980.084,67	6.947.102,98	-2.032.981,69

Apesar da oscilação negativa, conforme é possível acima ser verificado, o Município tem sentido de forma bastante acentuada o prolongar da sua crise financeira, a pressão sobre a tesouraria continua a ser constante, apesar da melhoria no pagamento das dívidas a fornecedores. Todavia os pagamentos em atraso sofreram uma melhoria significativa, passando de 30,7 milhões euros em 2013, para 24,4 milhões de euros em 2014.

Do saldo em dívida à data de 31/12/2014, destacam-se os fornecedores abaixo apresentados:

AGUAS DO CENTRO ALENTEJO S A	21.824.554,01
TREVO - TRANSPORTES RODOVIARIOS DE EVORA	1.465.395,01
GESAMB - GESTAO AMBIENTAL E DE RESIDUOS EIM	1.307.501,32
OGB - OBRAS GERAIS DE BETAO, S.A.	279.046,56
DEGREMONT S.A.	180.058,04
CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	156.220,73
GLOBAL TENDAS	109.670,38
TOTAL SALDOS >= 100.000€	25.322.446,05
TOTAL #22	27.306.303,50
%	93%

ECOCIAF - CONST CIVIL OBRAS PUBLICAS LDA	488.554,48
JOAQUIM FERNANDES MARQUES E FILHO, SOCIEDADE ANONIMA	152.598,83
OGB - OBRAS GERAIS DE BETAO, S.A.	142.470,35
TOTAL SALDOS >= 100.000€	783.623,66
TOTAL #26.1.1 + #26.1.8	975.165,28
%	80%

- c) As contas de Fornecedores e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto. Foi efetuada circularização a um número significativo de terceiros, pedindo a confirmação de saldos.
- d) O total de créditos cedidos ascende a 5.706.965 €, tendo ocorrido uma oscilação para menos de 546.661,82€, face ao ano transato.

2014	BPI	TOTAL	VARIAÇÃO 2014/2013
	26.1.4 Factoring	5.706.965,00	
TOTAL	5.706.965,00	5.706.965,00	-546.661,82
2013	BPI	SANTANDER	TOTAL
22.1.2 Factoring		263.006,38	263.006,38
26.1.4	5.990.620,44		5.990.620,44
TOTAL	5.990.620,44	263.006,38	6.253.626,82



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- e) Os empréstimos obtidos apresentam a seguinte evolução:

CONTA	2013	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	2014	GASTOS FINANCIAMENTO PAGOS
Empréstimos C/Prazo					
Empréstimo BCP		2.250.000,00	2.250.000,00		108.643,22
Empréstimos M/L Prazo					
Empréstimo 60	2.038.540,67		1.015.435,22	1.023.105,45	12.521,20
Empréstimo 9015/006112/891	946.127,67		946.127,67		5.009,39
Empréstimo 9015/006934/991	2.721.939,48		113.136,23	2.608.803,25	110.179,01
Empréstimo 102391/830	1.775.493,18		1.417.634,44	357.858,74	19.186,78
Empréstimo "Prog. Pagar a Tempo e Horas"	1.253.112,00		250.622,40	1.002.489,60	16.850,19
Empréstimo PREDE	4.042.856,00			4.042.856,00	
Empréstimo PAEL	25.250.602,96	6.433.274,64	812.407,12	30.871.470,48	415.674,29
Empréstimo "Prog. Pagar a Tempo e Horas"	96.815,81		96.815,81		134,09
TOTAL	38.125.487,77	8.683.274,64	6.902.178,89	39.906.583,52	688.198,17

O mapa de empréstimos incluído na prestação de contas está de acordo com os valores apurados contabilisticamente, e conciliados com as provas obtidas.

O passivo deve ser discriminado entre o curto e o médio e longo prazo, relevando para o efeito a exigibilidade da dívida, independentemente da sua contratação ter sido efetuada a médio e longo prazo. Assim, existem empréstimos que estão a ser considerados no médio e longo prazo na sua totalidade, quando, em parte, são exigíveis amortizações a menos de um ano.

Para fazer face às dificuldades de tesouraria utilizou-se o montante de 2.250.000 €, considerado empréstimo de curto prazo, tendo o mesmo sido amortizado no ano de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo 50.º, n.º 1, da Lei n.º 73/2013.

A oscilação positiva do empréstimo PAEL é relativa ao recebimento da última tranche, no montante de 6.433.274,64€, tendo-se procedido ao pagamento do remanescente das dívidas a fornecedores, incluída no mesmo, que tal como acima já foi referido correspondeu a pagamentos por utilização da 2ª e 3ª tranche ($6.433.274,64 \times 2 = 12.866.549,28$ €).

O saldo final dos empréstimos contratados em instituições financeiras, foi conciliado com base no mapa de responsabilidades do Banco de Portugal. Encontram-se concordantes com o referido mapa.

Quanto aos empréstimos PREDE e PAEL, o valor em dívida foi conciliado com a resposta obtida por parte da Direção Geral do Tesouro e Finanças, tendo-se apurado que ficou por pagar o montante de 1.323.854,13€ (812.407,12€ de amortização e 511.447,01€ de juros), no que respeita ao PAEL, e o montante de 429.197,68€ (404.285,60€ de amortização e 24.912,08€ de juros), do empréstimo PREDE.

À data deste relatório a amortização do PREDE já foi efetuada e a do PAEL, foi negociada para pagamento em maio.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- f) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue:

CONTA	SALDO FINAL			
	2011	2012	2013	2014
24 Estado e Outros Entes Públicos				
24.2 - Retenção de impostos s/rendimento				
24.2.1 - Trabalho dependente	84.293,00	70.026,00	333.362,00	107.304,00
24.2.2 - Trabalho independente	744,72	815,54	5.487,34	170,41
24.2.4 - Prediais	4.009,53		7.029,06	2.310,00
24.2.5 - Sobretaxa extraordinária de IRS			22.389,00	6.329,00
24.2.9 - Outros	244,00	100,00	136,00	271,00
24.4 - Restantes impostos	97,00	101,00	467,29	10,00
24.5 - Contribuições p/Seg.Social	832.093,29	648.941,27	788.714,18	590.867,82
TOTAL	921.481,54	719.983,81	1.157.584,87	707.262,23

O pagamento de impostos tem vindo a ser efetuado nos prazos previstos.

- g) Conforme ofício emitido pela DGAL – Realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, contabilizou-se 1.507.423,18€, a título de unidades de participação, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, a qual aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM).

Conforme definido no n.º1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro.

- h) A conta de devedores de transferências para as autarquias locais, comporta valores de TOP UP e a devolver no âmbito da notificação da Autoridade de Gestão do PO ALENTEJO, referente aos projetos abaixo discriminados.

26.8.2 - Devedores de transf p/as autarquias locais	2014
INALENTEJO EB1/JI DO BACELO	25.814,45
INALENTEJO EB1/JI DO CANAVIAIS	69.276,67
INALENTEJO LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL	228.097,90
TEIAS	36.985,65
GOVERNANÇA CORREDOR AZUL	9.886,74
TECNOPOLO CORREDOR AZUL	38.702,41
ESCOLA ANDRÉ DE RESENDE	105.086,08
TOTAL	513.849,90

- i) A conta Credores diversos – Outros (#26.8.9) no montante total de 422.903,49 € diz respeito, essencialmente, a dívidas a favor de Associações de natureza social, cultural e desportiva e Freguesias, e valor das cauções do MME (16.084,47€) que resultou do processo de integração da participada, por internalização da mesma.

- j) Os adiantamentos por conta de vendas correspondem às entregas por conta de futuras escrituras de compra e venda de terrenos, no montante de 212.462,32€.



6.3.8) Acréscimos e diferimentos passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- a) Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal como é verificado no ativo, surge também no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em acréscimos de custos e proveitos diferidos, sendo a sua composição em 2014 a seguinte:

CONTA	SALDO FINAL			
	2011	2012	2013	2014
27 Acréscimos e diferimentos				
27.3 - Acréscimos de custos	2.521.473,72	2.446.588,69	2.906.222,36	3.317.627,02
- Remunerações a liquidar	1.837.606,42	1.856.806,00	2.231.416,07	2.216.163,73
- Juros a liquidar	76.225,25	36.810,55	47.402,27	459.455,76
- Outros acréscimos de custos	607.642,05	552.972,14	627.404,02	642.007,53
27.4 - Proveitos diferidos	17.957.284,25	18.255.708,22	15.148.102,08	16.628.112,90
- Terrenos - Direito de Superfície		346.435,54	341.441,70	694.370,86
- Subsídios para investimento	17.957.284,25	17.909.272,68	14.806.660,38	15.909.484,89
- Outros proveitos diferidos				24.257,15
TOTAL	20.478.757,97	20.702.296,91	18.054.324,44	19.945.739,92

- b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes a:

- Acréscimos de custos (#27.3):
 - ✓ Remunerações respeitantes ao ano de 2014, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2015, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas e horas extraordinárias e ajudas de custo;
 - ✓ Valor de juros a liquidar, respeitantes aos empréstimos bancários;
 - ✓ Encargos de cobrança e reembolsos dos impostos dezembro de 2014, recebidos em janeiro de 2015;
 - ✓ Visto de contas, pelo Tribunal de Contas;
 - ✓ Valor de dívida à empresa ALEMOBRA, por compensações por parte do Município, conforme reunião de 13/12/2006 (decorre desde 2006); e
 - ✓ Restituição de IMI, à Habévora, conforme reunião de 08/10/2008 (180.047,29€).



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- Proveitos Diferidos (#27.4):

Terrenos - Direito de superfície

O valor de 694.370,86 € corresponde ao valor de contratos de cedência de terreno e em direito de superfície, conforme abaixo discriminado:

CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE	
PCTA	336.447,86
GLINIT ENERGY, SA	304.323,00
TOTAL	640.770,86
 OUTROS PROVEITOS DIFERIDOS	
JOSÉ ANTÓNIO MARREIROS	53.600,00

Subsídios ao investimento

A reposição de subsídios está a ser processada mensalmente, sendo a transferência contabilizada em resultados do exercício

PROVEITOS DIFERIDOS	2013	PEDIDOS PAGAMENTO	REPOSIÇÃO	REGULARIZAÇÕES	2014
Subsídios para investimento					
- Outras	201.298,74		28.756,96		172.541,78
- FEDER	2.389.653,87		341.379,12		2.048.274,74
- Turismo de Portugal - Valor. Aqueduto Água de Prata	41.551,95		292,10		41.259,85
- Pavilhão Multiusos - Praça de Touros	1.589.087,50		21.450,00		1.567.637,50
- Remodelação rede de água - Azaruja	114.215,83		22.447,48		91.768,34
- Ligação Piscinas Z.Oeste V.Alegre/est. Piscinas	235.337,74		23.372,62		211.965,11
- Rede Viária Principal da Cidade - 1ª Fase	1.110.979,13		122.309,62		988.669,50
- Escola do Rossio	35.678,06		501,92		35.176,14
- Escola do Bairro da Câmara	35.853,61		504,38		35.349,22
- Escola da Cruz da Picada	126.184,97		1.775,18		124.409,80
- Escola da Vista Alegre	89.266,37		1.255,80		88.010,57
- Escola da Senhora da Glória	90.251,21		1.269,66		88.981,55
- Escola da Horta das Figueiras	76.313,21		1.073,58		75.239,64
- Escola do Frei Aleixo	86.166,53		1.212,18		84.954,34
- Expansão do PITE	1.389.005,84		99.214,70	199.557,08	1.090.234,06
- Aeródromo Municipal - 3ª Fase	221.133,80		15.701,82		205.431,99
- URBCOM	299.989,76		58.935,50		241.054,25
- Restauro do Convento dos Remédios 1ª Fase	380.140,77		46.988,18		333.152,59
- Restauro do Convento dos Remédios 2ª Fase	212.969,21		23.428,60		189.540,60
- Escola EB1/JI do Bacelo	1.499.104,15		19.988,64		1.479.115,51
- Escola EB1/JI dos Canaviais	1.259.253,59		15.773,54		1.243.480,06
- Loteamento Aeronáutico D'Évora	2.314.957,56		184.210,54		2.130.747,03
- Beneficiação de EM 526 (N.º S.º Machede)	813.725,22	67.829,79	73.155,36		808.399,65
- Requalificação das Piscinas Municipais	194.541,76		6.086,08		188.455,68
- Escola EB1 André de Resende		1.062.860,90			1.062.860,90
- Tecnopolo PCTA		635.298,01			635.298,01
- MME obras em curso		647.476,48			647.476,48
TOTAL	14.806.660,38	2.413.465,18	1.111.083,56	199.557,08	15.909.484,89



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.9) Provisões e contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Solicitação de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso a Advogados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área de provisões e contingências.

Comentários

- a) As provisões e contingências (#29) sofreram a seguinte oscilação:

PROVISÕES	SALDO FINAL				
	2013	INTEGRAÇÃO MME	CONSTITUIÇÃO e/ou REFORÇO	REDUÇÃO	2014
ATIVO					
- Para cobranças duvidosas - Clientes	4.286.987,25		732.244,34	1.066.325,52	3.952.906,07
- Para cobrança duvidosa - Utentes	934.871,11				934.871,11
- Para cobrança duvidosa - Outros devedores	680.373,81		65.364,17	1.638,12	744.099,86
- MME - Cobranças duvidosas		65.460,00			65.460,00
- Débitos ao Tesoureiro	815.631,69			45.329,48	770.302,21
- Publicidade	74.600,00				74.600,00
TOTAL ATIVO	6.792.463,86	65.460,00	797.608,51	1.113.293,12	6.542.239,25
PASSIVO					
- Processos judiciais em curso	2.648.729,56			1.042.122,39	1.606.607,17
TOTAL PASSIVO	2.648.729,56			1.042.122,39	1.606.607,17
TOTAL	9.441.193,42		797.608,51	2.155.415,51	8.148.846,42

- b) Para reforço de provisão para cobrança duvidosa, foi tido em conta as dívidas de terceiros que estejam em mora e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.
- c) Foram enviadas cartas a Advogados/Juristas, a solicitar eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso, de forma a conciliar os valores contabilizados no Município. As respostas obtidas quanto a eventuais responsabilidades futuras originaram uma redução 1.042.122,39€, quanto a provisões de processos judiciais em curso. Os mesmos discriminam-se da seguinte forma:

Acções em curso	2014
AMEC - ASSOC MÚSICA-EDUC E CULTURA	17.633,76
FRANCISCO LOURO	50.000,00
HORIZONTE PROJ - CONSULT EM AMBIENTE E PAISAGISMO	15.000,00
ANTONIO JOSÉ ANTUNES CAEIRO	3.000,00
JOSÉ ARTUR ALMEIDA ANTUNES	20.000,00
CONSTRADAS	2.000,00
TRANSPORTES RAIMONDESES, LDA	4.000,00
RUIDO - FAB ALU E TRANSP MATERIAIS	15.000,00
TECNOVIA	373.787,40
ABILIO FERNANDES	1.500,00
MARIA CELESTE JUNQUEIRA	35.000,00
JOSÉ GUEDES DA SILVA	1.500,00
ANTONIO LANDERSET	1.500,00
ANTÓNIO RAMALHINHO	1.500,00
EVORA REGIS	397.851,24
ESCOLA EB/JI CANAVIAIS	667.334,77
TOTAL	1.606.607,17



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.10) Custos e perdas

Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas reflete, o valor da água processada para venda e consumos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

	2013	2014	Variação 2014/2013
Água	6.464.906,87	3.491.984,25	-2.972.922,62
Matérias primas	151.614,28	148.265,26	-3.349,02
Matérias subsidiárias	196.782,00	207.954,13	11.172,13
Lubrificantes e combustíveis	60.941,32	71.745,07	10.803,75
Ferramentas e utensílios	31.311,30	32.575,74	1.264,44
Material de escritório		35.487,56	35.487,56
Limpeza, higiene e conforto	86.574,53	79.496,68	-7.077,85
Vestuário e artigos pessoais		46.429,70	46.429,70
Material de transporte		27.447,50	27.447,50
Outros	155.677,46	66.456,86	-89.220,60
TOTAL	7.147.807,76	4.207.842,75	-2.939.965,01

A variação negativa ocorreu devido ao facto de reclassificação de verbas relacionadas com o saneamento, que passaram a estar refletidas na conta #62 – Fornecimentos e serviços externos, que de seguida se apresenta.

O mapa/nota relativa ao apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, do anexo às demonstrações financeiras, encontra-se elaborado.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
62211 Electricidade	1.740.157,57	1.690.260,19	1.676.600,45	1.742.301,70	65.701,25	16,66%
62212 Combustíveis	493.675,22	425.205,12	484.656,05	410.707,87	-73.948,18	3,93%
62213 Água para consumo	10.072,06	10.312,95	9.176,73	12.971,13	3.794,40	0,12%
62214 Outros fluidos	461,79	942,90	22,26		-22,26	
62215 Ferramentas e utensílios	14,50	127,92		199,88	199,88	
62216 Livros e documentação técnica	9.344,64	197,70	13,90		-13,90	
62217 Material de escritório	4.441,39	3.301,96	1.905,81	1.915,60	9,79	0,02%
66218 Artigos para oferta	3.455,02	2.713,49	3.076,11	256,20	-2.819,91	0,00%
62219 Rendas e alugueres	470.147,02	342.542,74	443.731,43	432.073,11	-11.658,32	4,13%
62220 Aterro sanitário	1.378.707,87	1.044.480,53	1.223.253,49	1.151.561,54	-71.691,95	11,01%
62222 Comunicação	411.354,31	331.415,39	349.291,84	374.580,39	25.288,55	3,58%
62223 Seguros	187.651,23	260.149,14	86.911,87	194.432,69	107.520,82	1,86%
62225 Transportes mercadorias	756,07	38,23		173,50	173,50	
62226 Transportes de pessoal		280,63				
62227 Deslocações e estadas	20.961,40	9.462,54	9.365,14	17.536,09	8.170,95	0,17%
62229 Honorários	100.280,82	5.412,00	7.720,05	61.825,83	54.105,78	0,59%
62230 Produtos químicos e farmaceuticos	463,94	1.757,78	1.673,88	1.026,36	-647,52	0,01%
62231 Contencioso e notariado	14.500,00	12.705,20	9.752,00	7.777,00	-1.975,00	0,07%
62232 Conservação e reparação	123.899,65	93.809,71	76.059,37	104.378,89	28.319,52	1,00%
62233 Publicidade e propaganda	120.313,01	50.527,29	24.010,85	35.916,53	11.905,68	0,34%
62234 Limpeza higiene e conforto	182.108,99	1.278,39	100.422,58	9.113,02	-91.309,56	0,09%
62235 Vigilância e segurança	624.583,90	396.450,73	196.291,04	282.771,29	86.480,25	2,70%
62236 Trabalhos especializados	997.404,02	532.598,10	408.277,59	461.869,22	53.591,63	4,42%
62237 Transportes escolares		118.459,56	95.638,48	4.347,81	-91.290,67	0,04%
62241 Vestuário e artigos pessoais	632,41					
62251 Alimentação - Refeições	95.627,24	64.645,32	73.405,98	58.393,67	-15.012,31	0,56%
62252 Alimentação - Géneros para confeccionar	2.655,16	1.188,58	490,49	1.116,74	626,25	0,01%
62253 Material de educação, cultura e recreio	14.859,40	761,90	21,00		-21,00	
62255 Formação	33.938,97	32.212,81	19.819,17	9.962,09	-9.857,08	0,10%
62256 Cobrança Agua - Serv. Prest. Pelas Juntas	2.148,40	5.436,50	3.828,10	1.617,20	-2.210,90	0,02%
62257 Outro Material - Peças	96.975,82	70.049,68	103.224,50	124.949,38	21.724,88	1,20%
62258 Portes	79,49	78,29	37,27	38,13	0,86	
62259 Assistência Técnica	39.572,86	27.643,17	36.217,35	38.404,07	2.186,72	0,37%
62261 Direitos Autorais	6.729,30	5.207,82	5.708,60	4.637,60	-1.071,00	0,04%
62290 Encargos de cobrança	464.602,00	221.502,18	217.057,80	209.620,12	-7.437,68	2,00%
62291 Encargos de cobrança de impostos		308.056,88	209.944,61	230.692,66	20.748,05	2,21%
62292 Emolumentos	3.368,83					
62298 Outros FSE	2.155.444,20	1.732.319,43	1.380.269,99	4.468.381,21	3.088.111,22	42,74%
TOTAL	9.811.388,50	7.803.532,75	7.257.875,78	10.455.548,52	3.197.672,74	100,00%

Os fornecimentos e serviços externos oscilaram positivamente cerca de 3,2 milhões de euros, destacando-se essencialmente, a oscilação das rubricas de outros fornecimentos e serviços externos, devido à imputação das verbas afetas ao saneamento.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

A conta de transferências e subsídios correntes variou de forma negativa em 359.388,50€, relativamente ao ano transato.

CONTA		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
63	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES						
63.1	Transferências correntes concedidas	1.294.173,85	1.514.057,73	876.087,74	664.042,38		
- Municípios		143.034,92	179.832,44	10.463,99	-169.368,45	1,42%	
- Freguesias		457.382,63	375.589,60	302.183,00	201.148,68	-101.034,32	27,28%
- Associações de Municípios		125.668,31	124.702,20	124.780,80	120.017,97	-4.762,83	16,28%
- Outros		349.648,88	361.182,03	104.008,21	229.589,16	125.580,95	31,14%
- Instituições particulares		44.223,77	369.008,19	77.030,60	21.183,28	-55.847,32	2,87%
- Instituições sem fins lucrativos		173.332,63	26.186,66	3.944,20	1.231,02	-2.713,18	0,17%
- Famílias		143.917,63	114.354,13	84.308,49	80.408,28	-3.900,21	10,91%
63.2	Subsídios correntes	94.882,34	60.800,90	220.572,72	73.229,58		
- Emp. Públ. Municipais e Intermunicipais		87.882,34	57.300,90	213.572,72	55.729,58	-157.843,14	7,56%
- Outros		7.000,00	3.500,00	7.000,00	17.500,00	10.500,00	2,37%
TOTAL		1.389.056,19	1.574.858,63	1.096.660,46	737.271,96	-359.388,50	100,00%

O valor das transferências e subsídios concedidos foi objeto de conciliação com a contabilidade orçamental, encontrando-se evidenciada nos mapas apresentados na conta de gerência, os montantes dos subsídios pagos no exercício de 2014.

Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal sofreram a seguinte variação:

CONTA		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
64	CUSTOS COM O PESSOAL						
64.1	Remunerações Órgãos Autárquicos	203.071,23	193.631,23	192.421,78	237.163,42	44.741,64	1,32%
64.2	Remunerações do pessoal	16.039.143,02	14.029.116,69	14.320.436,78	13.644.247,28		
- Remunerações base		14.289.146,23	11.929.797,50	11.454.418,91	11.162.449,45	-291.969,46	62,05%
- Suplementos de remunerações		671.248,36	2.024.948,15	2.793.051,24	2.409.809,92	-383.241,32	13,40%
- Prestações sociais directas		1.078.748,43	74.371,04	72.966,63	71.987,91	-978,72	0,40%
64.5	Encargos s/ Remunerações	1.824.533,04	1.894.634,66	3.646.667,55	3.743.069,33	96.401,78	20,81%
64.8	Outros Custos com o Pessoal	398.139,39	382.700,67	377.956,91	364.885,46	-13.071,45	2,03%
TOTAL		18.464.886,68	16.500.083,25	18.537.483,02	17.989.365,49	-548.117,53	100,00%

Verifica-se que a conta de custos com o pessoal sofreu uma variação negativa, justificada pela saída de pessoal por reforma.

Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal – suplementos de remunerações (#64.2), verificam-se as seguintes oscilações:

Suplementos de remunerações	2012	2013	2014	Variação
				2014/2013
Trabalho extraordinário	175.392,55	185.993,97	183.585,59	-2.408,38
Trabalho em regime de turnos	169.835,96	172.816,81	171.535,36	-1.281,45
Abono para faltas	36.666,12	35.000,46	34.745,97	-254,49
Subsídio de refeição	1.071.036,19	1.080.506,42	1.077.786,26	-2.720,16
Ajudas de custo	49.113,08	39.137,70	43.069,01	3.931,31
Senhas de presença	1.297,44	455,25	2.080,32	1.625,07
Emolumentos notariais	1.502,32	3.758,36	3.438,72	-319,64
Representação	101.779,62	64.529,37	70.791,36	6.261,99
Subsídio de férias e Natal	18.655,40	879.454,61	472.721,80	-406.732,81
Remunerações por doença	360.345,59	294.898,25	323.669,33	28.771,08
Outros suplementos e prémios	39.323,88	36.500,04	26.386,20	-10.113,84
TOTAL	2.024.948,15	2.793.051,24	2.409.809,92	-383.241,32

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, foram efetuadas estimativas relativas ao subsídio de férias, férias, respetivos encargos (SS e CGA), ajudas de custo e horas extraordinárias.

Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Apresenta uma variação adequada. Procedemos a testes de confirmação, através de cálculos aritméticos, considerando o CIBE- Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, que define as taxas de amortização a aplicar.

Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação	2014 Peso (%)
					2014/2013	
68 CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS						
68.1 Juros Suportados	1.640.726,17	1.270.984,64	1.375.775,09	2.532.633,91	1.156.858,82	65,97%
68.2 Perdas em entidades participadas		157.779,76	308.068,73	1.174.332,27	866.263,54	30,59%
68.4 Provisões para aplicações financeiras				36.564,35	36.564,35	0,95%
68.8 Outros	184.646,17	379.504,50	159.713,44	95.810,98	-63.902,46	2,50%
TOTAL	1.825.372,34	1.808.268,90	1.843.557,26	3.839.341,51	1.995.784,25	100,00%

Quanto à conta #68.1 – Juros Suportados, procedemos ao controlo dos juros dos empréstimos, por cruzamento com o mapa de empréstimos apresentado na conta de gerência, não se tendo detetado incorreções. A mesma discrimina-se conforme se segue:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013
Juros de Emp.Curto Prazo	73.619,35	70.391,79	82.188,48	108.643,22	26.454,74
Juros de Emp.de M/L Prazo	481.085,75	371.076,07	352.467,69	1.199.965,41	847.497,72
Juros de Locação Financeira	2.623,61	983,20	8,21		-8,21
Juros de Factorings	783.443,94	456.228,82	594.629,45	390.696,62	-203.932,83
Juros de Confirming	299.953,52	160.778,86	188.059,42	6.696,03	-181.363,39
Juros de Mora		211.525,90	158.421,84	826.632,63	668.210,79
TOTAL	1.640.726,17	1.270.984,64	1.375.775,09	2.532.633,91	1.156.858,82

Os juros de empréstimos bancários a M/L prazo suportados assumem um maior peso, justificado pelo empréstimo PAEL.

Em sentido contrário, os juros de factoring e confirming decresceram de forma importante.

As perdas em entidades participadas (#68.2) oscilaram por via do ajustamento efetuado no reconhecimento das participadas Habévora, SITEE e SRU, através do método da equivalência patrimonial, dado o prejuízo verificado nas referidas entidades, para além da perda ocorrida na MME por internalização dos ativos e passivos.

Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
69 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CAPITAL						
69.1 Transferências capital concedidas	628.846,48	544.972,69	465.047,01	70.666,79		
- Freguesias	550.777,75	440.622,23	440.621,60	64.509,90	-376.111,70	2,88%
- Associações de Municípios	2.387,89			3.655,39	3.655,39	0,16%
- Outros			4.793,10		-4.793,10	
- Instituições particulares	8.914,70	90.370,11	648,42		-648,42	
- Famílias	66.766,14	13.980,35	18.983,89	2.501,50	-16.482,39	0,11%
69.3 Perdas em existências	164.658,50	16.567,81	15.459,48	19.349,64	3.890,16	0,86%
69.4 Perdas em imobilizações	321.045,40	1.721.763,58	40.279,89	479.191,83	438.911,94	21,36%
69.5 Multas	519.448,53	1.057.070,06	1.446.660,98	134.393,58	-1.312.267,40	5,99%
69.6 Amortizações/provisões					7.871,81	0,35%
69.7 Perdas exercícios anteriores	2.594.185,87	78.179,90	710.451,99	1.521.474,17	811.022,18	67,83%
69.8 Outras	8.773,75	304.078,57	93.585,47	10.160,88	-83.424,59	0,45%
TOTAL	4.236.958,53	3.722.632,61	2.771.484,82	2.243.108,70	-528.376,12	100,00%

Regista as transferências e subsídios de capital para as instituições, o valor das perdas registadas em existências, decorrentes dos inventários efetuados, perdas em imobilizações por alienações ou abates, o valor das penalizações e perdas de exercícios anteriores e outras.

O mapa das transferências apresentado na conta de gerência está conciliado com a despesa paga apresentada na classificação económica ao nível da contabilidade orçamental.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.11) Proveitos e ganhos

Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta conta apresenta a desagregação abaixo.

CONTA		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS						
71.1	Vendas						
	Mercadorias	19.736,94	17.301,36	17.743,77	13.821,28		
	- Animais	140,00	745,72		200,00	200,00	0,00%
	- Plantas	1.872,38	1.062,34	1.055,90	1.140,29	84,39	0,01%
	- Cemitérios	17.724,56	15.493,30	16.687,87	12.480,99	-4.206,88	0,14%
	Produtos acabados e intermédios	2.362.941,82	2.224.197,15	2.453.041,89	1.782.143,53		
	- Água	2.362.941,82	2.224.197,15	2.453.041,89	1.782.143,53	-670.898,36	20,24%
	Venda de Bens	46.687,61	140.197,31	111.783,16	199.328,65		
	- Publicações, Impressos e Livros	5.251,86	4.593,39	5.275,17	3.462,98	-1.812,19	0,04%
	- Outros	41.435,75	135.603,92	106.507,99	195.865,67	89.357,68	2,22%
71.2	Prestações de serviços	3.258.726,23	3.059.513,57	3.457.218,72	3.087.786,51		
	- Saneamento	1.879.259,66	1.809.746,95	2.040.874,31	1.553.750,82	-487.123,49	17,65%
	- Resíduos Sólidos	532.263,24	393.952,38	465.167,71	322.021,24	-143.146,47	3,66%
	- Transportes escolares	31.326,60	24.826,74	37.722,83	32.614,85	-5.107,98	0,37%
	- Transportes colectivos de pessoas e mercadorias			921,28		-921,28	
	- Trabalhos por conta particulares	70.118,84	130.655,63	39.476,72	43.835,71	4.358,99	0,50%
	- Cemitérios	37.416,81	46.815,17	45.002,42	93.954,98	48.952,56	1,07%
	- Mercados e feiras	256.848,15	259.642,93	197.397,65	201.861,37	4.463,72	2,29%
	- Instalações	108.727,05	111.009,67				
	- Parques de Estacionamento			1.581,20	625.148,63	623.567,43	7,10%
	- Serviços Sociais, recreativos, culturais e de desporto			119.061,04	115.028,96	-4.032,08	1,31%
	- Outros Serviços	342.765,88	282.864,10	510.013,56	99.569,95	-410.443,61	1,13%
71.3	Rendas e alugueres	2.908.395,88	3.062.549,38	2.742.587,17	3.720.883,37		
	- Habitação	4.350,74	5.186,66	4.799,96	5.330,66	530,70	0,06%
	- Edifícios	15.172,60	49.075,89	397.594,74	196.527,46	-201.067,28	2,23%
	- Outros	2.888.872,54	3.008.286,83	2.340.192,47	3.519.025,25	1.178.832,78	39,97%
	TOTAL	8.596.488,48	8.503.758,77	8.782.374,71	8.803.963,34	21.588,63	100,00%

Procedemos ao controlo dos registos mensais, face às listagens extraídas do sistema, tendo os mesmos sido conciliados com os valores contabilizados mensalmente.



Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação	2014
					2014/2013	Peso (%)
72 IMPOSTOS E TAXAS						
72.1 IMPОСTOS DIRECTOS	8.973.577,62	8.615.284,27	9.487.660,29	10.004.397,51		
- IMI	4.108.268,45	4.805.343,31	5.102.915,22	6.646.516,41	1.543.601,19	57,24%
- IMT	2.644.042,96	1.718.954,80	2.278.020,94	1.259.703,32	-1.018.317,62	10,85%
- Derrama	1.240.413,71	1.022.070,92	712.359,00	917.051,29	204.692,29	7,90%
- Impostos abolidos	1.779,72	367,29	10.818,87	100,00	-10.718,87	
- IUC	979.072,78	1.068.547,95	1.383.546,26	1.181.026,49	-202.519,77	10,17%
72.2 IMPОСTOS INDIRECTOS	389.448,83	465.673,86	199.406,58	83.888,37		
- Loteamentos de obras	190.940,15	287.128,02	70.607,75	43.349,27	-27.258,48	0,37%
- Publicidade	198.508,68	159.528,24	104.232,62	19.075,14	-85.157,48	0,16%
- Outros		19.017,60	24.566,21	21.463,96	-3.102,25	0,18%
72.4 TAXAS	1.351.584,54	1.285.382,85	864.755,36	1.646.462,28		
- Mercados e feiras	11.942,79	13.200,67	13.284,99	13.020,51	-264,48	0,11%
- Loteamentos de obras	451.097,60	340.515,26	295.143,14	560.100,49	264.957,35	4,82%
- Ocupação Via Pública	758.361,53	797.141,90	476.559,29	967.513,72	490.954,43	8,33%
- Canídeos e gatídeos	6.845,16	4.151,82	2.415,77	4.342,56	1.926,79	0,04%
- Saneamento	3.912,22	3.016,24	629,18	1.260,44	631,26	0,01%
- Outras	119.425,24	127.356,96	76.722,99	100.224,56	23.501,57	0,86%
72.5 REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	-340.662,58	-169.140,55	-416.171,34	-123.884,69	292.286,65	-1,07%
72.6 ANULAÇÕES	-1.002.114,08	-1.309.715,68	-996.314,97		996.314,97	
72.8 OUTROS	5.446,78	3.834,90	4.866,23	770,43	-4.095,80	0,01%
TOTAL	9.377.281,11	8.891.319,65	9.144.202,15	11.611.633,90	2.467.431,75	100,00%

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da Autoridade Tributária (AT), estando os mesmos concordantes. Para os valores de dezembro de 2014, apenas recebidos em janeiro de 2015, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação	2014
					2014/2013	Peso (%)
74 TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS						
ORÇAMENTO DO ESTADO	16.633.443,59	17.124.105,86	16.698.834,83	15.883.769,14		
Transferências Correntes	12.194.885,81	12.890.857,33	14.472.594,82	14.878.984,39		
- Freguesias	2.383.171,15	2.304.900,12	2.266.756,62	2.127.836,32	-138.920,30	13,16%
- FEF	6.304.745,00	5.846.581,00	7.795.442,00	8.612.049,00	816.607,00	53,28%
- FSM	795.505,00	738.158,00	738.158,00	738.158,00		4,57%
- Participação Variável IRS	2.602.195,00	2.728.149,00	2.728.149,00	2.538.680,00	-189.469,00	15,71%
- Transportes escolares		72.300,00	72.600,00	72.600,00		0,45%
- Outras	109.269,66	1.200.769,21	871.489,20	789.661,07	-81.828,13	4,89%
Transferências de Capital	4.438.557,78	4.233.248,53	2.226.240,01	1.004.784,75		
- FEF	4.203.163,00	3.897.721,00	1.948.860,00	956.894,00	-991.966,00	5,92%
- Cooperação Técnica e Financeira			277.380,01	47.890,75	-229.489,26	0,30%
- Outras	235.394,78	335.527,53				
FUNDOS E SERVIÇOS AUTONOMOS	53.908,75	72.988,23	164.438,77	221.146,36	56.707,59	1,37%
EXTERIOR					1.634,36	0,01%
EMPRESAS	942.718,36	37.926,83	30.895,12	57.359,34	26.464,22	0,35%
TOTAL	17.630.070,70	17.235.020,92	16.894.168,72	16.163.909,20	-730.259,52	100,00%

Foram analisadas as guias de receita inerentes às transferências e conferidas as respostas obtidas das circularizações efetuadas, para além do mapa das transferências e subsídios recebidos na sua maioria.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

CONTA		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS						
78.1	Juros Obtidos	2.906,72	55.891,80	174,39	664,24	489,85	1,33%
78.2	Ganho em entidades participadas	259.144,94	49.735,04	86.852,18	49.138,27	-37.713,91	98,60%
78.8	Outros	146,31	116,57	79,59	33,28	-46,31	0,07%
TOTAL		262.197,97	105.743,41	87.106,16	49.835,79	-37.270,37	100,00%

A oscilação ocorrida de ganhos em entidades participadas é respeitante ao registo dos ganhos das entidades participadas, Maré e Águas do Centro Alentejo, quanto à aplicação do método da equivalência patrimonial.

Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS						
79.2	Recuperação de dívidas			298,48	339,37	40,89	0,01%
79.3	Ganhos em existências	2.261,52	69.862,28	1.660,16	23.488,83	21.828,67	0,42%
79.4	Ganhos em imobilizações	361.879,66	1.001.595,10	537.783,84	757.540,13	219.756,29	13,58%
79.5	Benefícios e penalidades contratuais	400.821,32	50.663,67	149.934,81	1.005.240,39	855.305,58	18,02%
79.6	Reduções de amortizações e provisões	2.495.379,70	758.564,53	161.511,54	2.157.431,78	1.995.920,24	38,68%
79.7	Ganhos exercícios anteriores	1.049.049,35	664.768,12	405.662,45	398.542,65	-7.119,80	7,14%
79.8	Outros	1.701.923,84	1.211.415,10	2.127.057,57	1.235.505,33	-891.552,24	22,15%
TOTAL		6.011.315,39	3.756.868,80	3.383.908,85	5.578.088,48	2.194.179,63	100,00%

Tal como o nome indica apresenta proveitos e ganhos extraordinários, não considerados operacionais. Traduz uma oscilação positiva, essencialmente, por via das reduções de amortizações e provisões, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

Os outros proveitos (#79.8) assumem um valor significativo, representando essencialmente a reposição dos subsídios ao investimento, os quais assumem o valor de 1.111.083,59 €.

7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

7.1) Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no quadriénio de 2011 a 2013, é a seguinte:

Componente Económica	2011	2012	2013	2014
Custos e Perdas	55.917.526,21	49.220.903,31	51.034.559,26	49.719.911,17
Proveitos e Ganhos	41.904.347,72	38.517.743,17	38.327.684,99	42.388.509,01
Resultado Líquido do Exercício	-14.013.178,49	-10.703.160,14	-12.706.874,27	-7.331.402,16
Componente Financeira	2011	2012	2013	2014
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	382.054.326,69	217.991.935,20	210.682.643,32	202.612.377,78
Ativo Circulante Líquido *	7.839.097,96	7.020.894,06	10.503.273,32	7.824.672,10
Ativo Líquido Total	390.805.989,39	225.357.677,11	221.980.765,18	210.996.594,46
Fundos Próprios	290.993.380,47	129.351.973,34	118.861.917,39	111.611.693,54
Passivo M/L Prazos	21.786.788,16	17.118.802,36	38.125.487,77	39.906.583,52
Passivo C/ Prazo (exceto Acresc./Diferim. e Provisões)	56.869.519,93	57.237.723,28	44.290.306,02	37.925.970,31
Total Passivo	99.812.608,92	96.005.703,77	103.118.847,79	99.384.900,92
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	292%	135%	115%	112%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líq.)	74%	57%	54%	53%
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C.P.)	0,14	0,12	0,24	0,21
Grau de dependência do ML Prazo (Div.ML Prazo/Ativo total)	5,57%	7,60%	17,18%	18,91%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	76%	59%	56%	55%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)	22%	18%	37%	40%

* Ativo Circulante Líquido= Disp.+Div.Rec.C.P.+Existências

7.2) Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excepcional de dívida.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Do quadro a seguir apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 32,1 milhões e os 48,2 milhões de euros. A dívida do Município a 31/12/2014 ascende a cerca de 77,7 milhões de euros. Apesar de apresentar uma dívida total superior ao permitido, verificou-se uma redução de dívida superior a 10% do montante em excesso apurado no exercício anterior.

Importa por isso definir critérios rigorosos de controlo da dívida de forma a minimizar efeitos de incumprimento indesejáveis e de responsabilidade financeira para efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, conforme descreve o artigo 52º, nº 4.

	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Receita corrente líquida cobrada	31.707.319	31.797.497	32.907.224	37.457.015
Média nos 3 exercícios		32.137.346		
Média nos 3 exercícios			34.053.912	
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores				
			48.206.020	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2014
				51.080.868 Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2015

PASSIVO	99.812.609	96.005.704	103.118.848	99.384.901
(-) PROVISÕES	677.543	946.881	2.648.730	1.606.607
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	20.478.758	20.702.297	18.054.324	19.945.740
(-) ADIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	1.028.615	238.801	319.471	212.462
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL				1.507.423
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1.025.701	997.116	1.078.089	803.444
TOTAL DIVIDA ORÇAMENTAL (1)	76.601.992	73.120.609	81.018.234	75.309.224

CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS

CIMAC	32.178	43.443
ANMP	387	422
HABÉVORA	2.521.807	2.258.233
SITEE	176.282	127.903
MME	81.698	a)
TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)	2.812.352	2.430.001
DIVIDA GLOBAL (1) + (2)	83.830.586	77.739.225
EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO	-35.624.566	-29.533.206
10% MONTANTE EM EXCESSO	-3.562.457	
LIMITE DA DÍVIDA EM 31/12/2014	-32.062.109	

-2.528.904

a) Contas internalizadas no Balanço no exercício de 2014.

7.3) Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento

Na consulta ao portal autárquico – pagamentos em atraso existentes até 31/12/2014, verifica-se que os mesmos ascendem a 24.363.115,25 €. Quanto ao prazo médio de pagamento existiu uma melhoria do número de dias face ao ano anterior tendo-se apurado para o ano de 2014, o prazo 635 dias para cumprimento de liquidação de compromissos assumidos, tal como apurado no relatório de gestão.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é um processo que revela complexidade e, como qualquer processo desta natureza merece reflexão, face aos resultados apurados. Importa referir que este processo tem vindo a ser executado com empenho, facto que se nos afigura ser de realçar. Reforça-se que o contributo de todos os serviços é imprescindível, para a obtenção de resultados fidedignos.

Da recolha efetuada foi possível obter a seguinte informação:

FUNCIONAL	SALDO
FUNÇÕES GERAIS	15.271.784,27
FUNÇÕES SOCIAIS	28.707.821,04
FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.203.522,98
OUTRAS FUNÇÕES	536.782,88
TOTAL	49.719.911,17

9. OPINIÃO E PROPOSTAS

9.1. Relato sobre outros requisitos legais

A prestação de contas apresenta um relatório estruturado de igual forma com o do ano anterior, cumprindo os requisitos essenciais, quer em termos de apresentação quer em termos de conteúdo e divulgações qualitativas e quantitativas.

É ainda nossa opinião que a informação constante do referido relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

9.2. Conclusão das verificações efetuadas e opinião

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança aceitável, sobre as demonstrações financeiras do exercício 2014, e se as mesmas estão isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o sector autárquico, entendemos verificar-se limitação de âmbito quanto à participação Évora Regis, dado que não são conhecidas demonstrações financeiras. Nas contas do Município, o valor da participação está evidenciado ao custo, ajustado por constituição de provisão no mesmo valor da participação (24.500€). Todavia, dado que a percentagem detida é significativa (49%), o desconhecimento das referidas demonstrações financeiras não permite avaliar eventuais responsabilidades a assumir por parte do Município de Évora, para além das registadas a título de provisão para riscos e encargos, num total de 397.851,24€.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Assim, em nossa opinião exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, decorrentes da limitação acima referida, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1. deste relatório, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira do Município, em 31 de dezembro de 2014 e o resultado das suas operações em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor autárquico.

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- O Município não cumpre:
 - A arrecadação da receita em 85%.
 - A regra de equilíbrio orçamental.
 - Os limites em relação à dívida total, apesar da redução operada ter sido superior a 10% do montante em excesso em 2013. As demonstrações financeiras apresentam um valor elevado ao nível das provisões para riscos e encargos, situação que em sede de conclusão dos processos em curso, pode vir a representar dívida efetiva.
- Apresenta fundos disponíveis negativos ao longo do exercício.
- Apresenta pagamentos em atraso no valor de 24.363.115,25 € e um prazo médio de pagamento de 635 dias, apresentando uma redução de cerca de 120 dias, face a 2013.
- Deu cumprimento ao disposto no art.º 50º, no que respeita ao pagamento do empréstimo do curto prazo, apresentando incumprimento quanto a amortizações dos empréstimos PREDE e PAEL, incumprimento já regularizado ou negociado.
- As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, integram valores exigíveis até 12 meses que, de acordo com as regras contabilísticas, deveriam estar classificados a curto prazo.

9.3. Propostas

Devem ser implementadas regras e alterados procedimentos que permitam:

- Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
- Esforço na arrecadação de receita, sobretudo a corrente, de forma a permitir dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, em cumprimento do disposto no art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Considera-se assim necessária uma gestão adequada das receitas com as devidas restrições na assunção da despesa a contratar.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- Face ao valor da dívida apurada, os investimentos futuros devem pautar-se apenas pelos necessários e inadiáveis, ponderado o limite da dívida que a nova lei das finanças locais prevê.
- Atualização e monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município.
- Continuidade dos procedimentos quanto ao sistema de faturação dos direitos a receber e consequente acompanhamento mensal dos recebimentos de clientes, contribuintes e utentes e outros devedores.
- Assistiu-se ao registo de património, verificando-se divulgação do não conhecimento de bens por registar, conforme nota ao balanço e à demonstração dos resultados (nota 2.14 do anexo).
- Deu-se continuidade ao sistema de contabilidade de custos, consagrado no ponto 2.8.3 do POCAL, verificando-se melhorias na sua aplicação, às quais importa dar reforço e seguimento.
- Continuidade na monitorização e complementaridade do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas para o ano de 2015.

Por fim acrescentamos que face aos comentários e recomendações efetuadas nos anos anteriores, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade.

10. OUTROS FACTOS

De acordo com o previsto no POCAL, o Relatório de Gestão, apresenta uma descrição cronológica dos factos considerados relevantes ocorridos após o termo do exercício, assente nos seguintes pilares:

- ✓ FAM – Fundo de Apoio Municipal.
- ✓ FRM – Fundo de Regularização Municipal – Retenções do FEF.
- ✓ Pagamento de Empréstimos ao Estado (DGTF).
- ✓ PAEL – Programa de Apoio à Economia Local – Relatório de Execução.
- ✓ Alteração dos Pagamentos às Entidades Gestoras de Sistemas em Alta (Água, Saneamento e RSU).
- ✓ Contabilização e Registo de Dívidas Antigas.
- ✓ Publicação de Legislação com Implicações na Gestão Municipal.
- ✓ Pagamentos ao Serviço Nacional de Saúde.
- ✓ Consolidação de Contas.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Apesar de todos os temas serem naturalmente relevantes para efeitos de relato e divulgação, merece a nossa atenção especial o tema da "Contabilização e Registo de Dívidas Antigas".

Efetivamente o apuramento da dívida tem merecido a nossa particular atenção, já que a transparência das contas do Município é um dos requisitos que maior responsabilidade e preocupação nos tem movido ao longo dos exercícios.

Neste sentido, reconhecemos que, todos os valores dos quais nos foi dado conhecimento se encontram registados como dívida efetiva, sempre que aceite, ou a título de acréscimos e diferimentos ou de provisões, de acordo com o documento de titulação da dívida reclamada, sempre que a mesma se encontre em discussão, mas que ainda assim, possa configurar a assunção de uma responsabilidade.

Todavia, tem vindo a ser apresentada dívida só agora reclamada pelos fornecedores, como por exemplo o pedido de juros, situação que merece enquadramento jurídico adequado e que só agora se tem vindo a sentir, dado o pagamento de dívida efetuado ao abrigo do programa PAEL.

11. AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este relatório, não podemos deixar de manifestar ao Sr. Presidente e restantes Membros do Órgão Executivo e aos Colaboradores do Município, o nosso apreço pela franca e leal disponibilidade prestada. Assim, aqui expressamos o nosso especial agradecimento.

Évora, 15 de abril de 2015

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,

representada por

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (ROC n.º 658)